



Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Thayane Santos Madruga

**A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM
ESTUDO SOBRE AS OPORTUNIDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO E
TRABALHO, NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO
CRÍTICA**

Dissertação de Mestrado

Cruz Alta - RS, 2020

Thayane Santos Madruga

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE AS OPORTUNIDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO E TRABALHO, NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Abreu de Oliveira

Cruz Alta, RS, Junho, 2020

Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ
Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Programa de Pós-Graduação *Strict sensu* em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento
Social - Mestrado

**A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM
ESTUDO SOBRE AS OPORTUNIDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO E
TRABALHO, NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO
CRÍTICA**

Elaborado por

Thayane Santos Madruga

Como requisito parcial para obtenção do Título de
Mestre em Práticas Socioculturais e
Desenvolvimento Social

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Antonio Escandial de Souza – Orientador
Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ

Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Abreu de Oliveira – Coorientadora
Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Prof. Dra. Carla Rosane da Silva Tavares Alves
Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ

Prof. Dra. Vaima Regina Alves Motta
Universidade Federal de Santa Maria

Cruz Alta, RS, 18 de Junho de 2020.

AGRADECIMENTOS

Com certeza tudo na vida são fases. Cada uma delas têm seus níveis de dificuldade, que de forma geral, tendem a aumentar. Não foi fácil a caminhada até aqui, assim como sei que não será menos difícil depois daqui. Mas de cada fase, vale o que aprendemos. Quanto a isso, essa fase do mestrado foi demais.

O quanto eu mudei, cresci, e aprendi ao longo desses meses. Também o quanto chorei, pensei em desistir, mas os motivos que me fazem lutar por esse tema, são mais fortes que os medos e as inseguranças. Sonho com o dia em que meus filhos não irão chorar porque foram discriminados na escola porque a cor da sua pele é negra, mas pode ser que não viva para ver esse dia. Sei que essas lutas levam muito tempo, mas com certeza sei que muitas outras crianças e jovens negros nesse país poderão ler nessas páginas (escritas com tanto sacrifício) motivos para ainda acreditar, lutar e se sentir mais forte.

Faltam palavras para agradecer tanto carinho, dedicação e esmero por parte de meu orientador, o Prof^o. Dr. Antonio Escandiel de Souza e minha coorientadora, Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Abreu de Oliveira. Quantas tarde de revisões, conselhos, mensagens e e-mails, mas também quanta dedicação. Obrigada por todo apoio e por acreditarem comigo nessa pesquisa. Foram longos meses, mas que trouxeram resultados surpreendentes e muito significativos para esta análise social.

Posso não conseguir modificar as coisas ao passo que gostaria, mas sonhar não é errado, e continuar lutando pelas transformações dessas práticas socioculturais, também não. Sei que, de alguma forma, terei colaborado com esta causa tão importante no país como a melhoria da qualidade de vida das pessoas negras. Mais educação, mais cultura, mais incentivos e oportunidades. Isso pode transformar a vida de uma pessoa. Sou a prova viva disto.

Um agradecimento mais que especial a Universidade de Cruz Alta que há tantos anos tem me acolhido e ensinado tantas coisas. Fiz minha graduação aqui, onde realizei o sonho de me tornar jornalista e agora novamente à casa retorno para mais esse importante passo poder dar em minha jornada: me tornar mestre em Práticas Socioculturais e desenvolvimento Social. Agradeço também ao Mestrado por tanto crescimento e aprendizado, por tantas discussões e

momentos valiosos que levarei pelo resto da vida. Aos mestres e amigos professores que conduziram até aqui, obrigada por toda paciência, ajuda, puxões de orelha e por acreditarem na minha pesquisa, na minha luta.

Sou a resposta do estímulo, amor, confiança e orgulho de pais tão esforçados que nunca mediram esforços por mim, para que pudesse chegar onde cheguei. Obrigada de todo meu coração, essa vitória também é para vocês!

É, o caminho não foi fácil, mas podemos (orgulhosos) dizer que conseguimos!

Muito obrigada!

“[...] quando alguém encontrar seu caminho, não pode ter medo. Precisa ter coragem suficiente para dar passos errados. As decepções, as derrotas, o desânimo são as ferramentas que Deus utiliza para mostrar a estrada.”

(Paulo Coelho)

RESUMO

A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO SOBRE AS OPORTUNIDADES DE ACESSO À EDUCAÇÃO E TRABALHO, NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Autora: Thayane Santos Madruga

Orientador: Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza

Coorientadora: Pro^a. Dr^a. Vânia Maria Abreu de Oliveira

O quanto impacta na vida de alguém ser negro no Brasil? Em partes significa possuir menos oportunidades, sofrer desigualdades, preconceitos e lutar por aceitação. É preciso provar três vezes mais que se é capaz de fazer toda e qualquer coisa, tão bem como qualquer outra pessoa. Algumas das dificuldades da vida negra no Brasil, é o que foram evidenciadas neste estudo. Através de uma pesquisa qualitativa de estudo de caso, foram investigadas as 15 Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (RS), em busca de informações que corroborem em esclarecer quantos docentes negros há nos quadros de professores, assim como descobrir se há registros de outros docentes negros no histórico destas instituições. Através destas informações evidencia-se a realidade social da pessoa negra de forma clara e real, como alguém que tem sua vida impactada por causa do tom da cor da pele. É justamente através destas desigualdades que a pesquisa busca mostrar que o negro no Brasil ainda não possui condições de vida favoráveis capazes de proporcionar bons estudos e bom trabalho. Como exemplo, foi usado de amostra de pesquisa à docência do ensino superior gaúcho: quantos docentes negros há nos quadros de professores nas Universidades Comunitárias do RS? Para a análise destes dados foi usada a abordagem teórico metodológica de linguística, a Análise Crítica do Discurso (ADC) através de autores como Fairclough (2001, 2003 e 2008), Resende e Ramalho (2006), entre outros. Para tratar dos conceitos de estudo de caso, Yin (2015), e demais autores que ilustram o desenvolver deste estudo como Freire (2006), Amaro (2017) e outros nomes que compuseram esta pesquisa. A partir dos dados coletados com as universidades que se dispuseram a participar da pesquisa, uma segunda fase do estudo deu conta de ouvir alguns professores negros, a fim de conhecer a opinião dos mesmos sobre esta baixa representatividade dentro das universidades. Os resultados ajudarão na mudança de práticas socioculturais já cristalizadas no Brasil como preconceito e desvalorização de minorias étnicas, buscando promover alterações positivas através da educação e conscientização.

Palavras-Chave: Negros. Análise Crítica do Discurso. Representatividade. Prática Social.

ABSTRACT

THE BLACK REPRESENTATIVENESS IN HIGHER EDUCATION: A STUDY IN THE PERSPECTIVE OF THE CRITICAL ANALYSIS OF THE SPEECH

Author: Thayane dos Santos Madruga
Advisor: Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza
Coorientator: Prof.^a Dr.^a Vânia Maria Abreu de Oliveira

How much does it impact the life of someone being black in Brazil? In part it means having fewer opportunities, suffering inequality, prejudice and fighting for acceptance. It is necessary to prove three times more that you are capable of doing anything and everything, as well as anyone else. Some of the difficulties of black life in Brazil are what was evidenced in this study. Through a qualitative case study research, the 15 Community Universities of Rio Grande do Sul (RS) were investigated, in search of information that corroborates in clarifying how many black professors are on the staff, as well as finding out if there are records of others black teachers in the history of these institutions. Through this information, the social reality of the black person is evidenced in a clear and real way, as someone whose life is impacted because of the skin color tone. It is precisely through these inequalities that the research seeks to show that black people in Brazil do not yet have favorable living conditions capable of providing good studies and good work. As an example, a sample of research was used in the teaching of higher education in Rio Grande do Sul: how many black teachers are there in the staff of professors at Community Universities in RS? For the analysis of these data the linguistic methodological theoretical approach, the Critical Discourse Analysis (ADC) was used by authors such as Fairclough (2001, 2003 and 2008), Resende and Ramalho (2006), among others. To address the concepts of case study, Yin (2015), and other authors who illustrate the development of this study such as Freire (2006), Amaro (2017) and other names that composed this research. From the data collected with the universities that were willing to participate in the research, a second phase of the study was able to hear some black professors, in order to know their opinion about this low representation within the universities. The results will help to change sociocultural practices already crystallized in Brazil as prejudice and devaluation of ethnic minorities, seeking to promote positive changes through education and awareness.

Keywords: Black. Critical Discourse Analysis. Representativeness. Social Practice

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Matriz de análise.....27

Quadro 2 – Representatividade negra nas Universidades Comunitárias do RS.....62

LISTA DE ABREVIATURAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COMUNG	Universidades Comunitárias Gaúchas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PPGCC	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação
PPGPSDS	Programa de Pós Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social
RBA	Rede Brasil Atual
RS	Rio Grande do Sul
RH	Recursos Humanos
SECADI	Secretaria Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFN	Universidade Franciscana
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
UNIJUÍ	Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UPF Universidade de Passo Fundo

URI Universidade Regional Integrado do Alto Uruguai e das Missões

SUMÁRIO

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	11
1.1 Problematização e relevância da pesquisa	11
1.2 Objetivo geral.....	12
1.3 Objetivos específicos.....	12
1.4 Justificativa	13
1.5 Hipótese	16
2 – PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	17
2.1 ADC como percurso metodológico da pesquisa.....	17
2.2 Ecologia dos saberes e práticas socioculturais	19
2.3 Abordagem e tipo de pesquisa: o estudo de caso	20
2.3 Contexto de realização da pesquisa	26
2.4 População e amostra de pesquisa	26
2.5 Instrumentos e procedimentos de pesquisa.....	26
2.6 Análise e interpretação de dados.....	27
3 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONDIÇÃO SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL .	28
3.1 A chegada do negro no Brasil nos livros didáticos de história	28
3.2 Quem eram os negros que chegavam até o Brasil	29
3.3 Porque manter a mão-de-obra escrava negra?.....	30
3.4 A vida do escravo negro no Brasil.....	31
3.5 A chegada do negro no Brasil e a versão de Gilberto Freyre	34
4 – A REALIDADE SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL ATUAL	36
4.1 A igualdade racial garantida pela constituição: um direito que o brasileiro faz questão de fingir não enxergar	40
4.1.1 Seção II: da educação	40
4.2 O negro e sua inserção na educação: o estado da arte	43
4.3 Vitimismo e o emponderamento.....	49
5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS GERADOS.....	59
5.1 As pesquisas nas universidades	59
5.2 A ADC e a forma como os docentes enxergam esta realidade:	62

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICES	80
ANEXOS	86

1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 Problematização e relevância da pesquisa

Muitos anos separam o Brasil, colônia de Portugal, da nossa sociedade atual. Entretanto, o país ainda carrega severas marcas da época da escravidão, o que torna a sociedade brasileira ainda racista e desigual. A partir dessa problemática e de experiências pessoais sofridas por esta pesquisadora como inúmeros casos de racismo, injúrias, e falta de representatividade é que este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de analisar esta presença dos negros no ensino superior através da existência ou não, de docentes negros nas universidades comunitárias do Rio Grande do Sul - RS.

Isso porque, quando existente, essa presença ainda é motivo de estranhamento social, uma vez que, normalmente, são poucos os profissionais negros dentro das salas de aula universitárias e suas presenças ainda causam, por vezes, desconfortos e preconceitos à maioria branca que ocupa as cadeiras das academias. O tempo passou, mas a sociedade ainda discrimina e tem resistência quanto à participação da pessoa afro em espaços onde tenham as mesmas condições sociais, culturais, econômicas etc. Mas como até os dias de hoje ainda há tanto preconceito racial? Como se formou essa diferença tão intensa no Brasil?

As respostas podem ser encontradas fazendo um resgate histórico do passado, pois há muitos anos os negros foram arrancados de sua terra de origem, a África, e trazidos à força para o Brasil, onde tudo começou. Até hoje colhe-se os frutos dessa estratificação social que sempre colocou a pessoa negra em posição de desvantagem, motivo que sempre levou a muitas manifestações, desagrados dessa classe “minoritária” por igualdade ou melhorias em suas condições de vida. O que devemos entender sobre este tema é que ele sempre foi causa de debates e lutas dos chamados movimentos negros, mas por que estes nunca foram ouvidos? Que vozes eram essas que nunca foram ouvidas da maneira que deveriam?

Descobrimos, por meio da pesquisa, que através dos tempos muitas pessoas lutaram pelos direitos dos negros. Muitos destes militantes da causa negra morreram tentando e devido a essa luta iniciada no passado, nos encontramos, neste momento, tentando dar sequência com a realização desta pesquisa. É fundamental entender a relevância social, considerando que os jovens negros são os que mais morrem, tem os piores empregos (quando os tem), ou são os mais desempregados e marginalizados em todos os sentidos. Possuem os

piores indicies de educação, saúde e moradia e quando não apresentam tal realidade, também são alvos do preconceito, da incredulidade quanto à capacidade intelectual.

Sabemos que o movimento de luta por igualdade é lento e, atualmente, o Brasil parece viver um momento retrógrado, mas é através deste contexto que queremos evidenciar a realidade da pessoa negra. A vida é difícil para todos, mas quando se tem a pele negra esta realidade torna-se ainda mais difícil. É preciso refletir sobre o espaço do negro nas instituições de ensino. Quais espaços e que posições o negro ocupa nestas instituições? E os professores? Quantas pessoas já tiveram professores negros em sua vida estudantil? Quantos professores negros estão exercendo a docência nas universidades?

A partir do histórico discriminação racial do negro e também dos questionamentos acima expostos, surge a motivação em querer entender qual a representatividade negra no quadro de professores nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul e o que esses dados significam em termos de evolução das condições sociais da pessoa negra.

Diante da problemática social que envolve o negro e suas dificuldades de acesso à educação e ao mercado de trabalho, na sociedade atual, o presente estudo pretende responder ao seguinte questionamento: das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, quantas possuem docentes afrodescendentes em seu quadro de professores e o que isso representa em termos históricos das condições sociais do negro no Brasil?

Para tanto, elencamos os seguintes objetivos:

1.2 Objetivo geral

✓ Analisar a representatividade negra no quadro docente das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul, a fim de retratar as dificuldades de acesso ao estudo e ao mercado de trabalho enfrentadas pelo negro.

1.3 Objetivos específicos

- ✓ Descrever o contexto histórico do negro, a partir do Brasil colônia para compreender as origens do preconceito racial;
- ✓ Identificar, a partir de um estudo de caso nas Universidades Comunitárias do RS, a presença de profissionais negros no quadro docente;

- ✓ Examinar a realidade sociocultural étnica que envolve as formações sociais atuais, ressaltando os privilégios de alguns em detrimento da falta de oportunidade de outros (minorias);
- ✓ Refletir sobre os problemas sociais enfrentados pelo negro, bem como destacar a importância da não vitimização desta raça e sua igual capacidade intelectual.

1.4 Justificativa

Inicialmente, destacamos que essa proposta está inserida na linha de pesquisa Linguagem, comunicação e sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social - PPGPSDS, da Universidade de Cruz Alta - Unicruz, a qual propõe a discussão da linguagem em seus múltiplos aspectos de questões sociais e culturais da atualidade. A importância desta linha se dá pela necessidade de sujeitos capazes de exercerem um olhar cada vez mais crítico sobre o mundo contemporâneo e que sejam capazes de protagonizar e atuar em transformações de práticas socioculturais, que objetivam a discussão de aspectos interdisciplinares relacionados a questões que envolvem a linguagem em seus múltiplos aspectos (língua, discurso, ideologia, narrativas do seu cotidiano), bem como questões sociais e culturais que permeiam o contexto contemporâneo. Justifica-se a inserção dessa linha de pesquisa, tendo em vista a necessidade do domínio de tais saberes para a leitura crítica e interdisciplinar de um mundo globalizado, no qual o sujeito atue como protagonista na constituição e sustentação de ações sociais.

A escolha do tema é uma junção de questões pessoais vividas pela própria pesquisadora, mulher, negra, que viveu na pele inúmeros casos de preconceito e abuso racial por raça que ainda crê existir uma superioridade branca em um país construído e desenvolvido por negros. Associado a isto, o tema é um debate de ainda maior importância no Brasil que é a qualidade de vida de das pessoas negras. A forma como são tratadas, as oportunidades de trabalho, estudo, por exemplo. Sendo assim, este estudo contribui para a conscientização das pessoas no que se refere às práticas discriminatórias e a intolerância racial.

Atualmente, no decorrer deste estudo, tenho apenas 24 anos, mas em um país racista e seletivo por cor de pele e condição financeira, apresento conhecimento e maturidade suficiente para falar sobre o assunto. Ser negro no Brasil é um dos maiores desafios que possa enfrentar. O ódio e a contrariedade a cor de pele escura é uma barreira que toda pessoa negra enfrenta, mas nem todas conseguem vencer. Durante a escola, no jardim de infância, foi onde vivi as maiores agressões (verbais). Tive colegas que me excluía das atividades, tinham

nojo de estarem próximas a mim, nunca pertencia a grupos para realização de trabalhos, ouvi de crianças que negro era “sujo”, “não se misturava”, “não deveria estar ali” e que “não usaria as mesmas coisas deles”.

Lógico que tamanhas maldades e ofensas causam sim traumas e medos. Aos sete anos me descobri diabética e meu medo era tanto que temia que apenas por maldade essas crianças colocassem açúcar escondido em minha bebida, pelo simples prazer em me ver passando mal. Posso dizer que se hoje escrevo isso tudo sem traumas e maiores perturbações emocionais, é graças ao apoio e diálogo sempre frequente com meus pais e familiares, que construíram bases fortes em mim.

Se hoje escrevo este trabalho e luto por esta pesquisa é porque quero ser para outras pessoas o incentivo que meus pais foram para mim, a força que eles simbolizaram para mim. Assim como destacam os objetivos do Programa de Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz, o objetivo final é nos tornamos capazes de exercer uma visão crítica sobre o mundo e assim poder contribuir sendo capazes de transformar práticas socioculturais, como no caso do racismo, práticas danosas.

A luta foi grande e hoje ainda é contra o preconceito, mas passei por ela e hoje utilizo da minha dor como forma de ajudar outras pessoas e incentivá-las. Tudo o que aconteceu comigo, poderia ter sido fator mais do que suficiente para que tivesse abandonado a escola (como apresentam alguns dados da pesquisa no capítulo 4), entretanto fui resistência e ainda continuo sendo ao estar aos 24 anos cursando um mestrado. Mas e aquelas crianças que sim desistem e viram apenas mais um nos dados que nos mostram que no Brasil os negros abandonam mais os estudos e caem nas drogas e com isso perdem suas oportunidades, assim como ceifam suas vidas a um trágico fim? Que culpa nós enquanto sociedade temos sobre isto? Crianças serem ofendidas e agredidas nas escolas simplesmente por serem negras é hereditário de casa. Enquanto pais o que ensinamos aos nossos filhos? O que lhe passamos sobre respeito? Igualdade? Liberdade dos outros, não só a nossa? Por que é tão difícil ainda se falar sobre racismo no Brasil e como ele age, e como combatê-lo e como ele sim habita silencioso dentro de várias pessoas esperando o momento certo para se manifestar. Seja em um jogo de futebol atirando bananas em jogadores, reproduzindo gritos de macacos ou seja pelo simples fato de não conseguir frequentar uma loja sem que o atendente seja uma sombra com medo do que ele já prevê que seja roubado pelo cliente porque o mesmo tem a pele negra. Até quando?

Por meio de um estudo de caso, o trabalho resgatou as raízes do preconceito racial contra os negros, buscando compreender por que ainda há tanta resistência da maioria quanto

a boas oportunidades sociais, econômicas e culturais das pessoas afrodescendentes. O estudo teve como base a Teoria Social do Discurso, a partir da Análise Crítica do Discurso (ADC), teoria que se propõe a auxiliar as pesquisas de cunho social por meio da interpretação da linguagem.

A formação social do Brasil é teoricamente igualitária, entretanto, vivemos em um país de privilegiados que não reconhecem seu lugar como tal e ainda trabalham no sentido de diminuir ainda mais as chances e oportunidades das minorias sociais, nas quais está incluído o negro.

Há uma hierarquia branca cristalizada no Brasil, que ainda marginaliza índios, negros, entre outros e ignora suas necessidades, histórias e contribuições na construção da identidade do Brasil. Pela importância da discussão desta temática, podemos citar ainda que a elaboração de pesquisas como esta, ainda colaboram com o resgate da identidade e a auto estima da pessoa negra que luta diariamente por melhores condições de vida, e não aquele personagem histórico que sempre é atrelado a posição de vítima, que sofreu com tantas crueldades como seus ancestrais e até hoje é inferiorizada por isto.

Diariamente a pessoa negra esbarra em adversidades, principalmente em uma sociedade estruturalmente racista como a brasileira. São pessoas que são julgadas e condenadas pelo que ser negro historicamente simboliza, como se isto transcendesse o pertencimento social, ou quando têm sua vida fadada simplesmente por ter a cor da pele escura. Tamanhas dificuldades de acesso a melhores condições de vida, como saúde, alimentação, trabalho, moradia e educação, podem ser considerados os principais fatores que contribuem para o reduzido número de pessoas negras que conseguem se inserir no meio acadêmico e conseqüentemente, na educação continuada, nível educacional suficiente para que ocupassem cargos como professores no ensino superior ou até mesmo reitores das universidades, posições de extrema importância e respeito social.

Estes são alguns dos pontos que foram debatidos e analisados neste estudo em busca de transformações de práticas socioculturais que futuramente possam mudar ou coibir tais ações que mantêm as pessoas negras à margem da sociedade brasileira, como se não pertencessem a ela.

Combater o racismo não é só dizer/mostrar ao outro que não o deve praticar, mas também auxiliar no empoderamento¹ da pessoa negra, visto a carga histórica que esta raça

¹ Ação de se tornar poderoso, de passar a possuir poder, autoridade, domínio sobre: processo de empoderamento das classes desfavorecidas. Gíria. Passar a ter domínio sobre a sua própria vida; ser capaz de tomar decisões sobre o que lhe diz respeito: empoderamento das mulheres. Ação ou efeito de empoderar, de obter poder.

carrega consigo até os dias de hoje. Neste sentido, a não vitimização do negro frente à sociedade e a transformação sociocultural, emancipando este sujeito, mostrando às pessoas que não há inferioridade da raça negra e todos são iguais perante a sociedade.

1.5 Hipótese

A representatividade de docentes negros nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul é muito pequena em relação ao número total de pessoas negras no mesmo Estado.

2 – PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

2.1 ADC como percurso metodológico da pesquisa

Este estudo tem como base a teoria social do discurso reflexões de Norman Fairclough. A ADC é, dentro do campo da linguística aplicada, uma abordagem teórico-metodológica para estudo da linguagem nas ciências sociais. Desenvolvida a partir dos anos 70, foi uma forma de análise dos discursos onde através dela, é possível perceber a importância da linguagem como prática social nas relações de poder na sociedade.

Ela se aplica através das desconstruções de enunciados, possibilita interações nas relações sociais e mudanças nas estruturas da sociedade, entre outras contribuições. A relação que ocorre entre o discurso e o todo, pois tudo e todos se comunicam, é extremamente favorável aos envolvidos, ou seja, é contratual e produtiva uma vez que a apropriação que cada um faz das lógicas do outro aprimora os conhecimentos de ambas as partes. A linguagem é um elemento básico e fundamental da vida social, é uma prática social responsável pela estruturação de relações entre indivíduos e grupos sociais.

A sociedade influencia o discurso e a forma como ele ocorre. Sendo assim, também podemos destacar aqui mais uma relação contratual, pois é através dele que se constroem identidades sociais, e principalmente onde ocorrem as relações hegemônicas e ideológicas. Portanto, por meio da ADC se podem oferecer novas formas de entender a realidade. O uso dessa metodologia causa a segregação de conceitos até então considerados cristalizados, sólidos, pois é função da análise possibilitar a compreensão do grau de importância do discurso como um momento da prática social. Neste sentido, a ADC “é motivada pelo objetivo de prover bases para um questionamento crítico da vida social em termos políticos e morais, ou seja, em termos de justiça social e de poder” (FAIRCLOUGH, 2003, apud, Resende e Ramalho, 2004, p. 190).

O processo do uso da ADC vai moldando os pesquisadores e participantes. Uma relevante observação sobre o uso desta metodologia na pesquisa científica, é que no que se refere a transformação social, ela possibilita sempre novas soluções para velhas e novas discussões de problematizações. O pesquisador no uso de sua ontologia, ao direcionar o foco de seu estudo, pode ressignificar velhas discussões tornando-as atuais ou descobrindo novas alternativas para questionamentos já trabalhados. Esses movimentos são o ponto chave das mudanças sociais. “[...] entre o discurso do sujeito a ser analisado e conhecimento, e discurso

do próprio pesquisador que pretende analisar e conhecer, uma vasta gama de significados conflituais e mesmo paradoxais vai emergir” (AMORIM, 2007, p. 12).

Após esta breve conceituação da ADC, para entendermos sua metodologia, antes precisamos resgatar mais alguns pontos. Fairclough, definiu 4 momentos cruciais da criação da análise crítica do discurso. O primeiro foi o surgimento da linguagem crítica que ia na contramão das demais teorias que já existiam e davam uma visão engessada ao sistema. Já a linguística crítica defendia a questão da influência da sociedade no discurso; O segundo momento foi marcado pelo afastamento de Fairclough, em 1985, do projeto inicial de linguística crítica; A partir do terceiro marco as coisas pareceram melhorar. No ano de 1990, foi feita a publicação de uma revista estabelecendo a ADC como uma área de investigação e especialização acadêmica; O último marco foi a também publicação, mas desta vez de uma coleção de livros, sobre o tema escritos por Fairclough no ano de 1996.

Apesar da forte referência a seu nome como criador da ADC, Fairclough teve o auxílio de outros estudiosos no aprimoramento da análise. Baseado em Halliday, Fairclough tem sua primeira fase de trabalho considerada como cristalizada. Isso porque pela Linguística Sistêmica Funcional de Halliday, ele considera a linguagem como ela é configurada pelas funções sociais que deve atender. Em um segundo momento, Fairclough é bastante feliz ao fazer uma releitura de Halliday e redefine conceitos apresentando o que entendemos como Modernidade Tardia e Reflexibilidade, onde o discurso é resultado das interações sociais.

Todos estes avanços possibilitaram a aplicação da ADC no mundo da pesquisa científica e comprovaram sua eficácia. Este método investiga de forma que se tornam visíveis as relações dialéticas existentes entre a linguagem e as demais práticas sociais, que por muitas vezes são negligenciadas por serem classificadas como naturalização dos processos.

Neste ponto do estudo torna-se mais evidente a metodologia utilizada, a qual se referem as reflexões feitas até aqui. “Por meio de análises discursivas críticas, é possível identificar conexões entre escolhas linguísticas de atores sociais ou grupos e os contextos sociais mais amplos nos quais os textos analisados são formulados” (RESENDE, 2009, p. 86). Sendo assim, dividiu-se a metodologia de abordagem da ADC nos seguintes passos:

- Percepção de um problema em alguma parte da vida social: portanto, há a necessidade de perguntar: um problema para quem? Isso porque a ADC tem seu foco em problemas enfrentados pelas pessoas causados pela realidade social a qual pertencem;
- O diagnóstico do problema: questiona quais as barreiras a serem excedidas. O modo com que as práticas socioculturais se inter-relacionam;

- A função do problema na prática: relacionar como as coisas são com o que deveriam ser;
- Identificar maneiras de solucionar o problema: transforma a apreciação crítica em algo positivo. Pontuar um problema é a parte negativa (apreciação), porém ao conseguir através da pesquisa científica com o uso da ADC encontrar uma solução para um problema sociocultural que gere uma transformação, é o ponto positivo;
- Refletir criticamente: um dos momentos mais importantes. Neste último estágio a pesquisa adquire um caráter reflexivo. São avaliadas as pesquisas e seus resultados, mensuradas suas contribuições aprofundando mais uma aplicação da ADC como prática acadêmica e sua contribuição para mudança social como prática social.

Apesar da importância desta metodologia no estudo linguístico e como um transformador social, ainda são poucos os estudos acadêmicos sobre o tema. Reafirma-se aqui a importância da ADC enquanto uma ferramenta de estudo que problematiza a linguística ao nível científico, perpassando de discursos de poder até a linguagem científica. Tal abrangência só é possível através da relação dialógica que faz do discurso um eterno fio condutor para alcançar os objetivos da pesquisa acadêmica científica, possibilitando mudanças sociais. Contudo, a grande contribuição da ADC para a pesquisa científica está em utilizar esta abordagem teórico-metodológica como um caminho para gerar novas compreensões de processos de transformações sociais em diversas escalas.

2.2 Ecologia dos saberes e práticas socioculturais

A Ecologia dos Saberes é tida como um dos principais conceitos, a proposta central da Epistemologia de Boaventura. A partir desta ideia, ele defende a ideia de que cada saber existe apenas em meio a outros saberes, e nenhum é capaz de se bastar, ou seja, sempre existe a necessidade de fazer referência a outros saberes. A comparação é inevitável à exploração dos próprios saberes, seus limites e possibilidades. O que dificulta esta comparação é o que o autor chama de assimetria entre saberes ou diferença epistemológica.

A linguagem, pano de fundo principal da linha de pesquisa deste estudo, enquadra-se perfeitamente dentro desta ecologia dos saberes, assim como a teoria da ADC. Ambas são interdisciplinares, perpassam as demais áreas do conhecimento, crescem através desse contato e conseguem gerar novos resultados ou ressignificar velhos entendimentos.

Todo ser humano vive integrado no contexto de um grupo social, uma comunidade, e faz parte de uma sociedade marcada por uma cultura. No caso do Brasil, temos um país

pluricultural, onde todos os povos que aqui fazem parte desta nação colaboram com seus costumes e precisam ser respeitados como tal. Toda cultura tem suas próprias regras, ou seja, condutas habituais que têm um significado concreto dentro dessa cultura, mas que por vezes não tem valor em outro grupo cultural. É o que denominamos de cultura dominante e cultura não dominante.

Desta forma, podemos falar de práticas sociais para referir a estes tipos de comportamentos sociais aceitos por um grupo de indivíduos. Em certas ocasiões, existe a oposição a uma prática social que é válida para uma cultura, mas que pode ser recusada por outra. Nesse sentido é que devemos buscar compreender os contextos, as diferentes culturas, as práticas socioculturais que permeiam as tão diferentes faces dos brasileiros. Mais do que respeitar, entender e até mesmo empoderar aquelas que necessitam de incentivo como a cultura negra, indígena, entre outras, é também preciso lutar por mudanças de práticas socioculturais que confirmam as cristalizações de uma sociedade fundada em desigualdades sociais.

Ao nos tornarmos pesquisadores sociais, aprofundamos a capacidade de uma leitura mais complexa dos meios em que estamos inseridos, tornando-nos assim capazes de promover práticas de intervenção social, assim como destaca a estrutura curricular do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, da Unicruz.

2.3 Abordagem e tipo de pesquisa: o estudo de caso

O estudo científico é o método mais antigo de descobertas e avanço de conhecimentos, além dos conhecimentos adquiridos pelo que conhecemos como senso comum. A ciência sempre foi um fator de transformação através do estudo, pesquisa e aperfeiçoamento de conceitos e ideias. Entretanto, uma área em especial da ciência, vem cobrindo o desafio que é entender e tentar mudar para algo melhor, justo e igualitário a sociedade atual, que é o papel do cientista social.

Cabe a este profissional tentar promover essas transformações no contexto em que está inserido, a fim de buscar uma profunda (re)novação de conceitos e modos de agir. O que para aqueles que não participam deste mundo da pesquisa social pode parecer estranho, é que a teoria dá conta de promover essas transformações que são necessárias. Claro que não só ela sozinha. Ela é um método de estudo qualitativo onde o pesquisador conhece o que acontece, na medida em que acontece.

Como estratégia de pesquisa, os estudos de caso são normalmente indicados em casos onde se questionam o “como” e “por que” das coisas. O pesquisador, geralmente tem pouco controle sobre os eventos neste tipo de metodologia da pesquisa. O foco nesses casos, encontra-se em fenômenos contemporâneos inseridos nos mais variados contextos da vida real. Yin (2002, p. 3) comenta que há “[...] um vazio na metodologia das ciências sociais, que tem sido dominada por textos [...] que oferecem poucos guias sobre como iniciar um estudo de caso, analisar os dados, ou mesmo minimizar os problemas na elaboração do relatório de estudo de caso”.

Algumas características do estudo de caso, são a observação em seu ambiente natural. No caso do presente estudo, nas universidades comunitárias do Rio Grande do Sul. Os dados são coletados por diversos meios, portanto, para a realização desta pesquisa serão aplicados questionários enviados via e-mail para cada uma das 15 universidades, afim de coletar os dados e assim avançar para as próximas etapas da pesquisa. Ainda segundo estudiosos sobre o tema, são características desse tipo de metodologia da pesquisa a complexidade do caso; Não utilização de controles experimentais; A necessidade do pesquisador especificar previamente o conjunto de variáveis; Não consideração de prevalências ou incidências; O enfoque em eventos contemporâneos. “A investigação é, afinal, a produção de conhecimento sobre o mundo – no nosso caso, o mundo da prática educativa” (MERRIAM, 1998, p. 3).

Esta metodologia da pesquisa é um método que abrange o processo completo: planejamento, abordagens específicas à coleta e análise de dados. Portanto, o estudo de caso não é uma tática para a coleta de dados nem uma característica do planejamento da pesquisa. A aplicação desta metodologia implica em compreender o evento em estudo e ao mesmo tempo desenvolver outras teorias a respeito do fenômeno observado. Para este estudo busca-se compreender o papel da pessoa negra na sociedade brasileira desde a vinda deles para o Brasil. A compreensão das construções social e, conseqüentemente, exclusões à cerca deste povo explica grande parte da cultura do Brasil, mas ao passo que se observa e compreende este âmbito, demais questões sociais vem à tona na pesquisa, corroborando assim para o desenvolvimento de demais teorias sobre o fenômeno observado.

[...] da perspectiva do autor, os pesquisadores que recorrem ao método supõem desde logo ser necessário “maximizar quatro condições relacionadas com o projeto de qualidade: validade do constructo, validade interna, validade externa e confiabilidade. Enquanto investigadores lidam com esses aspectos de controle de qualidade” (YAZAN, 2015, p. 154).

Além de descrever os fatos ou situações, quiçá busca proporcionar conhecimento acerca do fenômeno estudado e comprovar ou constatar relações evidenciadas no caso. Ou

seja, explica e embasa a hipótese lançada no presente estudo. Além de descobrir a realidade sobre o atual número de docentes negros nos quadros de professores das universidades comunitárias do RS e o que este dado simboliza socialmente, corrobora na ilustração da realidade deste povo. Uma vez que se tenha um conhecimento mais aprofundado sobre a situação socioeconômica e cultural da pessoa negra no Brasil, este mesmo conhecimento pode ser revertido em ações de políticas afirmativas para negros.

Assim como um dos grandes propósitos do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – PPGPSDS da Unicruz, que é a transformação de práticas socioculturais, um dos objetivos do estudo de caso é explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar. A pesquisa científica, de maneira geral, tem esse poder, esta capacidade, de transformar a realidade a qual foi objeto de estudo através da identificação e diagnóstico dos problemas nele encontrados.

O estudo de caso pode incluir tanto estudos de casos únicos quanto de casos múltiplos. Pode-se buscar, também, evidências tanto quantitativas como qualitativas. “Em seu texto, Yin sugere continuamente que pesquisadores iniciantes devem manter esses quatro “guiões” na sua mente em cada fase do processo de investigação, de modo a garantir a qualidade da pesquisa” (YAZAN, 2015, p. 154). Para esta pesquisa através de dados quantitativos, como o número de professores negros nos quadros de docentes de 15 universidades comunitárias do RS, será elaborada a pesquisa de estudo de caso que fará a análise social do dado. Entretanto, não há restrições sobre os casos, podem ser pessoas, instituições, cidades ou grupos sociais ou mesmo eventos. A forma como um caso é definido é que determina meu caso (relacionado com a pergunta).

Além disso, os estudos de caso também são bastante utilizados pelo fato de oferecer mecanismos de exploração e análise de unidades sociais complexas, que envolvem grande gama de variáveis inter-relacionadas, principalmente nos casos em que existe certa dificuldade em estabelecer clara separação entre a unidade de interesse para o estudo e o contexto no qual essa unidade se encontra inserida (YIN, 2016). Já outros estudos acreditam que essa grande disseminação à maior facilidade em se utilizar essa abordagem ao invés de outras estratégias de pesquisa (BREWERTON; MILLWARD, 2001).

Coraiola, Sander, Maccali e Bulgacov (2014) explicam sobre o uso da pesquisa de caso como metodologia de pesquisa que devido a suas próprias características, é uma técnica complexa que envolve o levantamento e análise de grandes quantidades de informação e abrange o estudo de uma série de variáveis que possuem relação em função do caso sob análise. Além disso, necessita adequada compreensão do contexto no qual o caso está inserido

e das relações mantidas entre eles. Uma das razões pela qual essa abordagem foi escolhida para o referente estudo. A demanda de dados através dos questionários aplicados às universidades foi dividida em categorias e conforme as respostas, um novo questionário foi aplicado. A análise dos dados de forma quantitativa é interessante ao passo que os dados numéricos ajudarão a compor a explicação do contexto social por trás dos números.

Foi avaliada a quantidade de professores negros nos quadros de docentes de Universidades Gaúchas Comunitárias. Ao passo que esses dados sejam poucos, isso embasará explicações de que não houve, ou foram insuficientes as mudanças no quadro socioeconômico e cultural da pessoa negra no Brasil, pois ainda encontra dificuldade de acesso à educação. Seja por falta de continuidade de estudo ou por precisar realizar outras tarefas como trabalhar, por exemplo, no tempo em que este deveria estar na escola ou outro nível de instrução intelectual. Trata-se de, mais uma vez, trazer à tona esta realidade de desigualdade social, mas em busca de soluções. Inclusive um dos propósitos do estudo é desconstruir a ideia de vitimização da pessoa negra devido a essas desigualdades, mas a busca de soluções e maneiras de inseri-los à sociedade, de forma que este se equipare as demais pessoas brancas, como mostram dados e pesquisas como o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O quarteto de autores já mencionados anteriormente destaca importante detalhe que acompanha toda e qualquer pesquisa científica: a influência ontológica no estudo. Cada pesquisador dará determinada leitura ao estudo de acordo com o que quer relevar na pesquisa, de acordo com suas vivências, experiências, posicionamentos, crenças, conhecimentos e etc. tendo como base alguns dos grandes trabalhos da literatura, é possível separar duas principais vertentes (BYRNE, 2009): o modelo nomotético, representado pelos trabalhos de Yin (2005) e Eisenhardt (1989), que debatem estudo de caso a partir da orientação positivista; e o modelo ideográfico, traduzido no trabalho de Stake (1998), que valoriza a postura mais interpretativa.

Para Ragin (1992, p. 54), “a ideia de caso remete a objetos de pesquisa que, ainda que sejam similares entre si que possibilitam comparações entre eles, novamente a diferença das pesquisas se dá pelo viés abordado”. A geração de conhecimentos mais amplos, por outro lado, os torna diferente também, ao passo que se diferem de outros objetos de estudo a ponto de permitir sua delimitação e a identificação de condições e características exclusivas a determinado conjunto de casos. Outro ponto relevante consiste no processo de decisão de quais casos devem ser estudados, pois a definição do caso, ou casos, que serão objeto de estudo da pesquisa está fundamentalmente associada às próprias definições ontológicas e epistemológicas do pesquisador.

A escolha de análise entre um ou outro caso pode ter sentido em determinada situação, de acordo com as visões de mundo entre outros critérios do pesquisador que influenciam a pesquisa científica. Além disso, perspectivas teóricas e metodológicas adotadas em algumas pesquisas, pode não ser de grande importância em outro contexto de pesquisa em se estrutura de forma metodológica diferente. Considera-se que os próprios casos não se mantêm 'os mesmos', na medida em que se altera a lente epistemológica do pesquisador (STAKE, 1998).

Quando se analisa um caso específico, considera-se sua singularidade e não que seja algo geral. Este caso é um sistema, construído de conjuntos selecionados de partes que de certo modo padronizam e exercem determinada função (STAKE, 1998). As delimitações do caso são estabelecidas a partir de alguns padrões ou parâmetros que compreendem elementos temporais e espaciais, e ainda assim, características pessoais e organizacionais. Para ser definitivamente um caso a ser estudado, não basta que sejam satisfeitas ressaltadas pelos autores como: singularidade, escopo e complexidade. É preciso que o estudo apresente: um 'quadro analítico' delimitado, ou seja, um 'sujeito' do estudo de caso. Somente através desta definição é que se compreende o estudo de caso como ele é, ou seja implica o estudo de caso de algo ou alguma coisa; e que seja especificado o 'objeto' do estudo, ou seja, que esse fenômeno ou universo de eventos do qual o caso é uma instância seja adequadamente explicitado e teorizado (THOMAS, 2011).

Independente do direcionamento do pesquisador, considera-se o caráter do estudo de caso: seja a aplicação à qual ele se propõe, o compromisso em relação à análise e a profundidade da especificidade de determinado caso – seu caráter especial, peculiar e individual – em toda a complexidade por ele apresentada no contexto da realidade concreta (GODOY, 2006; SIMONS, 2009). Diferente de outros tipos de pesquisa que analisam poucas variáveis distribuídas por uma série de casos plurais, o estudo de caso segue intensa lógica e tem como objetivo explorar diversos fatores e seus relacionamentos em um único ou alguns poucos casos selecionados (RAGIN; BECKER, 1992). Os estudos de caso possuem uma infinidade de propósitos. Dentre os quais, os principais apresentados para a escolha deste método, é possível destacar: descrição detalhada de um caso específico, a realização de teste e verificação de uma teoria estabelecida, e ainda o interesse em gerar uma nova teoria sobre determinado fenômeno organizacional (EISENHARDT, 1989).

Os sujeitos ou objetos da pesquisa, ainda segundo o estudo de Coraiola, Sander, Macali e Bulgacov (2014) podem se dividir em três tipos principais:

[...] local, quando o caso é definido a partir do conhecimento ou familiaridade do pesquisador; chave, quando é selecionado em função de suas características intrínsecas, enquanto caso-chave para a compreensão de determinado fenômeno; e ainda, periférico ou , em razão da sua diferença com relação a outros casos, de outlier seu caráter divergente ou marginal (THOMAS 2011, p. 58).

O objeto, que ainda segundo o autor, diz respeito à fundamentação teórica a qual o presente caso venha a ser analisado. Também é variável, conforme o propósito ou as intenções do pesquisador. Portanto, o motivo pelo qual busca-se desenvolver um estudo de caso pode ser intrínseco ou instrumental (STAKE, 1998), avaliativo (MERRIAM, 1988) ou exploratório (GEORGE; BENNETT, 2005), ou se pode propor a realizar mais de um deles ao mesmo tempo.

Sendo assim, para pesquisar sobre o tema proposto, que de forma específica com casos de professores dentro das universidades comunitárias do RS, vem avaliar a evolução nas condições sociais do negro no Brasil, foi escolhido o estudo de caso. Para tanto, requer entender e descrever o caminho epistemológico da proposta desta pesquisa. Portanto, estudar este viés é uma forma de evidenciar as condições desiguais as quais ainda são submetidas as pessoas negras e o quanto isto impacta na forma de vida dos mesmos.

Neste sentido, o baixo número de profissionais negros no quadro de professores universitários, no referente campo de pesquisa escolhido, ressalta antigos e ao mesmo tempo ainda presentes, problemas sociais brasileiros, destacados há muito tempo como o apontado por Henriques (2003, p. 13-14) “Os diferentes indicadores de renda e riqueza confirmam que nascer negro no brasil implica maior probabilidade de crescer pobre. A pobreza no brasil tem cor. A pobreza no brasil é negra”.

Nascer negro no Brasil, e em várias outras regiões do mundo é sinônimo de pobreza, de desigualdade, de inferioridade. Esta não atrelada a capacidade intelectual, mas sim a cor da pele, que quanto mais escura, conceitualmente é creditada como algo ruim:

Estamos diante de uma verdade indubitável: pratica-se no Brasil uma exclusão pela cor, pela etnia do sujeito, pela atribuição de valor diminutivo e depreciativo ao indivíduo portador de uma determinada cor de pele. Esse processo de estigmatização e biopoder denomina-se racismo (AMARO, 2015, p. 37).

Entretanto, salienta-se uma prática sociocultural, denominada racismo velado². A pessoa a qual pratica o preconceito, não quer assumir ou aceitar que haja consequências das suas ações de discriminação, justamente por não as reconhecer como tal. Como já

² [...] o que não é sinônimo de ausência de racismo, mas pode revelar a maior preocupação em não parece racista. (NUNES, 2010, p. 183).

referenciado, o negro, visto como um ser inferior pela pessoa racista, desencadeia este comportamento.

2.3 Contexto de realização da pesquisa

O estudo de caso desenvolvido tem aplicabilidade nas Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul, que compreendem 15 instituições espalhadas por todo o Estado, das quais apenas 9 responderam. Também através da ADC, foram estudadas as composições sociais existentes e seu impacto no enfoque do estudo, ou seja, na presença de docentes negros no Ensino Superior e as razões por trás das resistências e existência de tão poucas pessoas negras que conseguiram atingir tão alto nível de instrução. Foram abordadas também, questões como a não vitimização da raça, o empoderamento da pessoa negra.

A partir disto, pode-se identificar as estruturas sociais que temos no Brasil até hoje. Todo o período Brasil-colônia marcou eternamente a história não só do negro no Brasil, mas do povo brasileiro no geral. Entretanto, esse enfrentamento da realidade como aqui proposto, esse reconhecimento e avaliações, não ocorrem, uma vez que o Brasil aparentemente é um país sem memória: não valoriza sua história e se nega a falar sobre ela.

2.4 População e amostra de pesquisa

A pesquisa foi aplicada nas 15 Universidades Comunitárias que compõem o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - Comung. Entretanto, apenas nove responderam em tempo hábil para a participação no estudo. Os dados foram fornecidos pelas universidades, que se propuseram a participar da pesquisa, como: se há a existência de professores negros nas universidades; quantos fazem parte do corpo docente; quantos já fizeram parte do corpo docente em todos os anos da universidade; se algum já ocupou cargos de gestão, entre outros que reforcem a presença ou não da representação de pessoas negras como docentes no ensino superior brasileiro no Estado do Rio Grande do Sul.

2.5 Instrumentos e procedimentos de pesquisa

Para realizar o estudo, foi elaborada uma lista com as 15 universidades que compõem o Comung. A seguir, foi formulado um e-mail padrão com os questionamentos, que foram

enviados para todas as assessorias de comunicação ou setor da universidade responsável por fornecer estes dados.

Assim, fomos adquirindo os dados que compuseram a pesquisa. Foi possível constatar a quantidade de docentes negros nestas nove universidades do Rio Grande do Sul, que aceitaram participar da pesquisa, assim como ilustrar o que esta quantidade significa histórica e socialmente na condição das pessoas negras. Foi possível ressaltar também, que esta baixa representatividade ainda é reflexo de uma sociedade desigual brasileira e a partir daí apresentar um recorte de um panorama social atual real do Brasil para a etnia negra através das constatações e análises sociais da abordagem teórico-metodológica da ADC.

Neste trabalho de identificação, as universidades que possuem pessoas negras em seu quadro docente, também foram solicitadas informações que possibilitasse traçar um perfil de quem são esses docentes (idade, formação, área de atuação, etc.).

2.6 Análise e interpretação de dados

Conforme já mencionado, a análise foi realizada tendo como base a teoria social do discurso da ADC, teoria esta apresentada pelo linguista britânico Norman Fairclough. A fim de proceder a análise e interpretação dos dados, elaboramos uma matriz de análise, a qual dá suporte ao processo analítico e está dividida em dimensões e categorias de análise. Veja o quadro 1.

Quadro 1. Matriz de análise

Dimensões	Categoria de Análise
Identificação do número real de docentes negros no quadro de professores;	Respostas dos encarregados pelos Recursos Humanos - RH das universidades investigadas.
Posicionamento dos docentes negros pertencentes ao quadro de professores das universidades investigadas, sobre os problemas sociais enfrentados pelo negro (falta de oportunidades no mercado de trabalho, por exemplo);	Marcas textuais do discurso identificadas no posicionamento dos docentes negros respondentes.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

3 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA CONDIÇÃO SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL

3.1 A chegada do negro no Brasil nos livros didáticos de história

Nos séculos 15 e 16 os portugueses foram o primeiro povo a realizar o comércio de escravos africanos através das ondas do Oceano Atlântico. Seguindo seu exemplo, logo também aderiram a prática holandeses, franceses e ingleses. As questões comerciais e interesses pessoais motivavam essa prática, uma vez que os navios europeus iam até as terras africanas levar mercadorias (tecido, armar, água ardente, etc) e os trocavam por mão de obra escrava.

O tráfico negreiro foi por muito tempo fonte de grande renda. Ainda que depois de proibido por lei, manteve-se o tráfico de forma ilegal por mais cinco anos. Os negros arrancados de suas terras, vidas e famílias eram os chamados desterrados, justamente por isso. O roubo de vidas negras, além de outras tragédias que ceifavam a vida do povo afro descendentes foi responsável pelo não crescimento demográfico dessa população até o século 20, na África, uma vez que a demanda de escravos era proporcional ao número de pessoas que nasciam.

Ao atravessarem o oceano em direção de um destino desconhecido, os negros muitas vezes se deparavam com a morte. De acordo com livros de história, neste caso, especialmente, COTRIM (2002), eles eram transportados nos chamados navios negreiros ou tumbeiros (palavra referente a tumba). Isso porque cerca de 600 pessoas vinham em embarcações pequenas, amarrados nos porões, passando forte calor, fome, bebendo água suja entre outras atrocidades. Não precisa nem mencionar que a proliferação de doenças e pragas era grande e fez com que muitos mortos fossem desovados ao mar. As viagens podiam durar de 30 a 45 dias ou até mesmo dois meses, como era o caso das embarcações destinadas ao Estado do Rio de Janeiro. Somando a todos esses fatores os maus tratos que sofriam durante a viagem, calcula-se que de 5% a 25% dos negros morriam pelo caminho.

Segundo informações obtidas por Contrim (2002, p. 218) “Para toda a América, entre os séculos XVI e XIX, calcula-se que vieram entre 10 e 20 milhões de escravos. Ainda com informações da obra, desta vez destacadas pelo historiador Herbert Klein, o Brasil colaborou com este dado sendo o responsável pelo desembarque de cerca de 4 milhões de africanos entre 1531 e 1855 quando enfim o tráfico de escravos teve fim. Neste período, o Brasil extremamente agrícola se ergue pelo suor, sangue, lágrimas e mão de obras negra escrava.

Valor que até hoje os é negado veementemente. Vamos a um breve panorama geral: no século XVIII a economia passou por um processo de diversificação e foram descobertas jazidas de ouro no interior, o que aumentou a necessidade dos escravos em solo brasileiro. Entretanto, o carro chefe da época era a produção açucareira, principalmente em trechos do litoral, superando o pau-brasil. “Para alguns historiadores, o engenho de açúcar é a unidade produtiva que melhor caracteriza as condições de riqueza, poder, prestígio e nobreza do Brasil Colônia” segundo destaca Cotrim (2002, p. 210). A estrutura social da época era composta pelos senhores de engenho que detinham poder não só em suas propriedades, mas também sobre os povoados vizinhos; ainda continham os trabalhadores assalariados, e claro os escravos.

3.2 Quem eram os negros que chegavam até o Brasil

Aqueles que sobreviviam à viagem logo estavam trabalhando. O pior trabalho era o das fazendas, muitos senhores consideravam um castigo e mandavam para lá alguns negros tidos como rebeldes. Os que trabalhavam na cidade eram chamados escravos de ganho. Estes atuavam nas plantações de algodão, cana, mineração, serviços domésticos, artesanatos. O pouco que ganhavam iam juntando para comprar a tão sonhada carta de alforria.

Os escravos de eito, eram aqueles que trabalhavam nas fazendas, com a lavoura e mineração. Viviam sob o olhar constante e cruel de feitores e trabalhavam cerca de 15h por dia. Qualquer desobediência era motivo para castigos físicos. Aplicados em público, serviam de aviso para que outros escravos não seguissem o exemplo, pois teriam o mesmo final. O excesso de trabalho e más condições de vida tornava curta a expectativa de vida dessas pessoas. Um escravo de eito vivia de 5 a 10 anos apenas após o começo da escravidão. Mas havia algumas exceções, como o caso dos escravos domésticos, a maioria mulheres: “Já os escravos domésticos, escolhidos entre aqueles que os senhores consideravam mais bonitos, dóceis e confiáveis, muitas vezes recebiam roupas melhores, alimentação mais adequada e certos cuidados” (COTRIM, 2002, p. 219).

Mais formas de categorizar e dar preço aos escravos foram criadas. De escravo boçal eram chamados os recém-chegados da África e sem domínio da língua nativa que era o português. Na hora da venda o escravo boçal valia menos. Já o escravo Ladino era aquele escravo que já estava habituado ao serviço e possuía domínio sobre o idioma. Este sim tinha grande valor no mercado, ainda mais se agregado a outros fatores de venda.

Dois partes da África se destacaram na ancoragem aqui no Brasil. Os bantos e sudaneses foram os grupos que mais vieram parar na tragédia chamada “escravidão no

Brasil”. O primeiro grupo, os bantos, eram da região central do país. Geralmente Angola e Congo. Foram destinados principalmente para o Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas gerais. Já os sudaneses vieram de Daomé (Benin), Nigéria e Guiné na área Ocidental da África e foram principalmente para a Bahia.

Nos séculos XVII e XVIII, os africanos de origem sudanesa eram comprados por um preço maior, pois muitos senhores no Brasil os consideravam mais fortes e inteligentes que os demais. Entretanto esses escravos também foram líderes de muitas revoltas, especialmente nos séculos XVIII e XIX [...] (COTRIM, 2002, p. 220).

As revoltas e o comportamentos dos sudaneses automaticamente valorizou o valor dos negros bantos que logo passaram a valer mais, serem mais procurados na hora da compra e também foram tidos como “mais pacíficos e adaptados ao trabalho”.

3.3 Porque manter a mão-de-obra escrava negra?

O desembarque dos negros no Brasil era o início do fim da vida daquelas pessoas. Geralmente eram vendidos para Bahia, Pernambuco ou Rio de Janeiro. Eles eram escolhidos em praça pública como quem avalia qual melhor fruta levar para casa no supermercado. Dentes alvos, canelas finas, bom porte físico e no caso das mulheres negras, um corpo voluptuoso, eram os critérios de escolha. Muitas vezes eram separados de sua família e nunca mais os viam. Segundo contam registros de história, alguns apresentavam vestes simples, mas que eram substituídas por trajes ainda piores assim que fossem vendidos.

Antes da chegada dos negros como escravos no Brasil, a mão de obra era indígena. Entretanto o nativo indígena não desempenhava bem tais funções. Não possuía tanta força, vivia doente e tão pouco lidava bem com agricultura. Função que segundo a cultura indígena, é função da mulher. Baseados em experiências feitas em Portugal metropolitana e nas ilhas atlânticas é que se optou pelo escravo negro como saída para a agricultura do Brasil.

Além disso, a influência da igreja sobre a coroa ajudou em tal decisão e assim foi proibida a escravização indígena, mas não a negra. Como o capitalismo é algo sempre presente, vale destacar que o índio valia bem menos que o escravo negro e suas constantes fugas e frágeis condições físicas favoreceram a decisão do homem branco. E favoreceram mesmo, pois o tráfico negreiro tinha o valor inteiro revertido para a metrópole, ou seja, negociantes envolvidos e para a coroa que lucrava com isto como se fosse um imposto a ela pago.

3.4 A vida do escravo negro no Brasil

Em pleno 2019, não é segredo para ninguém as condições as quais os escravos eram submetidos nos grandes engenhos do Brasil. Para os senhores o escravo deveria ser tratado a três Ps: pau, pão e pano. Ou seja a base de violência, pouca alimentação e nenhum conforto ou dignidade. Certamente a escravidão foi um dos períodos mais cruéis e mais mortais da história do Brasil, mas porque ela não repercute? Por que até hoje a dor, o sofrimento, a tragédia (em qualquer lugar no mundo) ela não enganja quando é negra?

O estilo de vida aplicado era o da administração do engenho. Nele consistia o castigos dos escravos que era algo extremamente cruel e até mortal. Eram açoitados nas costas enquanto amarrados aos troncos; eram amarrados nas senzalas sem comida ou água, entre outras coisas. Por falar delas, as senzalas eram pequenos casebres com paredes de barro e telhados de sapê. Extremamente improvisados, eram construções enfileiradas, divididas em compartimentos. Estruturas que remetem as favelas que conhecemos hoje.

O vestuário quando existia, tratava-se de ceroulas que cobriam abaixo do joelho, no caso dos homens, que também andavam sem camisa ou sapato e usavam um lenço ou faixa na cabeça para proteger do sol. No caso das mulheres eram trajés mais completos com saia, anágua, blusa e corpete. Há quem diga que estes trajés eram vestidos somente na hora da venda, para causar uma boa impressão. No geral vestiam-se com pano de serra, tecido grosseiro de fio cru quando não andavam nus, sofrendo com as mudanças climáticas. “Por volta do século XIX, os comentários e gravuras feitos viajantes deixavam claro que o vestuário dos escravos refletia as diferentes ocupações e a hierarquia interna da senzala [...]” (CONTRIM, 2002, p. 214).

Assim como os demais quesitos a alimentação dos negros também não era prioridade para ninguém. Basicamente tratava-se de muito trabalho e pouca comida. Eles possuíam uma cota de alimentação que somente através da atos como mendigar, roubar ou adular eles conseguiam um pouco mais. Cotrim (2002) cita o Manual do Fazendeiro, publicado em 1832 por João Imbert, onde podemos compreender um pouco melhor o que passavam os escravos negros. Ele demonstrava forte orgulho da alimentação que fornecia aos negros. Cotrim destaca que por isso pode-se supor que ele os alimentava melhor que os demais. Será mesmo? Em trechos da obra ele diz:

[...] Os escravos de Imbert recebiam pão e um copo de cachaça ao saírem para o campo. Às nove da manhã, paravam para uma refeição composta de arroz, toucinho e café. O jantar era comido no campo, e consistia de carne seca e legumes, embora ocasionalmente houvesse carne fresca. Ao anoitecer, comia-se uma ceia de legumes cozidos, farinha de mandioca e frutas... (COTRIM apud SCHWARTZ, 1832, p. 122 – 127).

Como pode alguém orgulhar-se disto? E se esta era a melhor, qual seria a pior alimentação dos negros que tanto trabalhavam nessas fazendas? Muitas pessoas revoltam-se e questionam-se até hoje o porquê de tanta crueldade contra seres humanos. Mas o que veremos ao longo deste estudo são justamente esses esclarecimentos. Todas as grandes maldades executadas pela humanidade como a escravidão negra, o Holocausto, entre outros tiveram todos a mesma motivação: a democracia racial, onde desde os primórdios da humanidade entendeu-se que havia uma raça superior e dentro desta superioridade ela era melhor, mais bonita, mais esperta, detentora dos direitos de humilhar, mal tratar e fazer o que quisesse com os demais.

Também se compreendeu que essa superioridade era destinada a raça branca, que nem carrega o termo “raça” como os demais. São somente brancos, pois tal caracterização carrega ar de diferença, de inferioridade. Até mesmo o catolicismo carrega tal marca. Jesus Cristo é descrito como um homem branco de olhos claros e cabelos longos e bonitos. Já foram levantadas especulações de que Jesus também poderia carregar a fisionomia e traços de um homem negro, mas tais afirmações foram consideradas blasfêmias e até pecado. “onde já se viu Jesus ser um homem negro?”, eles diziam, horrorizados, em pensar na hipótese.

Por falar em religião, os negros deixaram sua marca na cultura brasileira e a religião é uma delas. Em algumas áreas do Brasil mais do que em outras, mas a cultura afrodescendente se fez presente e fincou raízes. Até hoje a religião negra é exercida no Brasil, é o chamado candomblé. Exalta orixás e demais divindades, mas assim como tudo que diz respeito ao negro, é renegada e acusada que ser algo ruim. As religiões de matriz africana são atribuídas características como envolver magia negra entre outros rituais que envolvem maldade e sacrifício de animais, até hoje no Brasil e vem aumentando este número, centros religiosos negros são alvo de atentados, pichações, destruição, incêndios entre outras formas de discriminação e intolerância. A religião católica apresenta menos de 20 santos negros, sendo que a maioria é desconhecida das crenças populares. Salvo destaque para a santa de Nossa Senhora da Conceição de Aparecida.

Outras marcas da passagem os escravos pelo Brasil são na literatura, na língua falada, no vocabulário, no vestuário, na ciência, na culinária, entre outros. A Bahia, Estado de grande povoação negra, é o que mais apresenta traços, pois preserva tradições e culturas, e a culinária

típica com pratos e temperos como o famoso dendê. Outro ponto de referência quanto à luta negra é a resistência, representada por Zumbi dos Palmares, importante nome do movimento. Zumbi foi um dos escravos que fugiu e ajudou na construção dos quilombos, espaços onde estes escravos fugidos passavam a viver, escondidos do olhar do homem branco e suas penalidades. Palmares, o quilombo mais conhecido situava-se no atual Estado de Alagoas. O quilombo resistiu por 65 anos e é um dos maiores símbolos da resistência e militância negra que atualmente conta com a data de 20 de novembro, quando é comemorado o dia da consciência negra.

Esses dados básicos são geralmente dois ou três pequenos capítulos de livros de história aplicados em escolas. Eles não retratam na proporção devida a luta e a dor dos negros encerrando a história com o fim da escravatura assinado no dia 13 de maio de 1888. As escolas retratam de forma muito superficial esta parte importante da construção da história do Brasil e identidade do seu povo. Não é de admirar que ainda sejam precisas tantas discussões e políticas públicas para que a pessoa negra tenha algum direito no Brasil.

Os livros didáticos que deveriam ensinar, apenas servem como replicadores de ideologias de gênero. Em momento algum é reconhecido nada que os escravos fizeram por tantos anos para a construção da identidade brasileira. Foram três séculos de escravidão, em um país que atualmente tem uma das maiores populações afro de todos os países. Foram mais de quatro milhões de almas negras sacrificadas e apenas relatadas como escravos, sujeitos, rebeldes, marginais, símbolos sexuais, inferiorizados, humilhados e que até hoje tem suas lutas menosprezadas.

Os livros apenas reforçam e fazem parecer que o fim da escravidão foi a solução dos problemas, sendo que foi o começo de mais um que dura até hoje no Brasil: a desigualdade social. Para além da escravidão branda que os livros didáticos trazem aos alunos e que em nada faz com que os mesmos valorizem a história das pessoas negras, existe a obra de Freyre (1933), *Casa Grande e Senzala* que conta a verdade sobre como viveram os escravos negros no Brasil durante a escravatura. Novamente, para além da crueldade do que foi a escravidão do Brasil, a partir da obra de Freyre é que se consegue compreender como começou a desigualdade social e principalmente racial no Brasil e as estruturas sociais cristalizadas que se repetem ainda hoje e nos mostram, de verdade, a sociedade brasileira que temos hoje.

3.5 A chegada do negro no Brasil e a versão de Gilberto Freyre

Brasil, o país em que as majorias (demográficas) são as minorias (sociais). Como chegamos onde estamos? Para entender o presente é preciso analisar o passado. Até então foi feito um breve resgate da condição do negro no Brasil em sua chegada nos portos de Brasil e início de suas “vidas” como escravos da família brasileira.

Entretanto, livros que deveriam ensinar, não aprofundam a história e pode-se atrelar a este fato a falta de conhecimento e entendimento da sociedade sobre a situação do negro. Vale ressaltar que lembrar o negro como escravo das primeiras famílias brasileiras, é necessário para poder compreender o porquê de muitas coisas que a pessoa negra sofre ainda em pleno século 21. De forma alguma tal resgate histórico pretende vitimizar a figura do negro, pelo contrário. Entender o presente desconstruindo o passado, nos dá a chance de (re)construir o futuro.

Para tal será novamente feito um resgate da história dos ancestrais negros, mas desta vez de uma ótica mais realista. O olhar é de Gilberto Freyre (1933) durante a obra de Casa Grande e Senzala. Este livro, desde o seu lançamento, vem dividindo opiniões. Há quem a ache muito “forte”. Sim, Freyre é fidedigno na riqueza de detalhes. Por que a verdade é tão perturbadora, mas não capaz de gerar mudanças? Até hoje há quem ainda diga que o Brasil não é um país racista, que não há discriminação por conta de cor de pele, mas os mesmos que afirmam isso também são os mesmos que acreditam que a marginalidade no Brasil é preta.

É uma ambiguidade, uma forma particular de lidar com o preconceito. O Brasil vive um racismo velado, camuflado, mas muitas vezes explícito também. Adilson Moreira (2019) em recente obra lançada explica com maestria o fenômeno racismo recreativo que é um forte componente que camufla o racismo e racistas no Brasil. Nada mais é do que o uso da “comédia” como forma de praticar injúria. São piadas, caricaturas, hiperbolismo nas caracterizações, tudo que transforma o negro, seus trejeitos físicos ou cultura em uma piada para os demais, de forma que inferioriza – mais uma vez – a pessoa negra.

Mas essa inferiorização começou há séculos, com a ancoragem dos negros no Brasil. Em cinco capítulos Freyre esmiúça detalhes da sociedade escravocrata. O que mais chama a atenção, com certeza é a constante sexualidade presente na obra. Dois dos capítulos chamam-se “ao escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”. O autor traz de forma clara o quanto a mulher negra era desrespeitada. Ela servia de brinquedo sexual do homem branco e muitas vezes de seu descendente, sendo apontada como culpada pela iniciação sexual dos

“sinhozinhos”. Claro que tamanha luxúria resultava em filhos por parte das negras, filhos esses que eram rejeitados pelos pais e eram chamados de bastardos.

Muitas vezes as escravas eram obrigadas a abandonar a amamentação dos próprios filhos para amamentar os filhos das senhoras e quando as crianças cresciam, os bastardos serviam de brinquedo para os filhos dos patrões, submetidos a torturas desde pequenos. Também a partir deste costume, pode-se compreender a mulher negra como a figura sexual imposta pelos carnavais. A mulher negra, com corpo cheio de curvas e andando nua ou com poucas vestes como é descrita nos livros.

4 – A REALIDADE SOCIAL DO NEGRO NO BRASIL ATUAL

Os piores índices de saúde, educação e acessos a uma vida digna estão atrelados a negritude brasileira. Por exemplo, conforme AMARO (2015), dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT, de 2002, apontavam que de 502 mil crianças no Brasil, sendo a sua maioria negra, trabalha como empregadas domésticas e algumas tinham apenas 5 anos de idade quando começaram. Que oportunidades podem ter essas crianças de se tornarem adultos bem empregados e com uma vida melhor, se sua infância e acesso à educação foram negadas?

Outros dados fornecidos em 2019 por instituições como o IBGE, por exemplo, ilustram as raízes do resultado desta pesquisa: ao falarmos em analfabetismo, no ano de 2018, 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais analfabetas, eram brancas, enquanto as pessoas declaradas como pretas ou pardas eram 9,1%. Entre as pessoas com 60 anos ou mais, a diferença é ainda maior. As pessoas brancas são 10,3% e as pretas e pardas, 27,5%. Além destes, outros dados informam que ao longo dos anos, poucas alterações foram sofridas nesses indicadores, ou seja, esses segmentos requerem de políticas afirmativas mais estruturadas e focalizadas para que saiam desta realidade.

Outro dado que esclarece o resultado da pesquisa divulgada pelo IBGE é a média de anos de estudo. Em 2009 a população branca de 15 anos ou mais tinha em média 8,4 anos de estudo, enquanto negros e pardos, naquele mesmo período, alcançaram 6,7 anos. O Ensino Superior não é diferente, o que nos leva diretamente a uma das grandes discussões deste estudo: evidenciar a dificuldade de acesso à educação dos afrodescendentes no Brasil. Em 2009, 63% dos jovens brancos estava nesse nível de ensino, contra menos de 1/3 da população negra de 28,2% e pardos 31,8%. Entretanto, este dado já foi bem pior: em 1999 eram 33,4% de brancos cursando o ensino superior contra 7,5% de negros e 8% de pardos. Ou seja, as pessoas negras continuam tendo menos oportunidades de estudo, seja ele em nível básico ou superior, o que fica evidente nas respostas enviadas pelas próprias universidades e nos mostra a relevância da pesquisa que realizamos.

A mudança desta realidade está em implementação de estudos de qualidade para todos, não só em instituições particulares. O uso das cotas, por exemplo, é uma medida que vem transformando, ainda que de forma lenta, esta realidade. No mês de novembro de 2019, o IBGE divulgou dados que apontam que pela primeira vez negros são maioria nas universidades públicas. No entanto, os problemas continuam: se uma nova leva de

profissionais negros está chegando ao mercado de trabalho, como as empresas irão se comportar frente a isto? O Brasil é um país de racismo estruturado, institucional e isso afeta de forma direta a vida de milhares de pessoas negras todos os dias.

A partir disso, este tema pode ser considerado de extrema relevância e importância social, haja vista que ainda há muito o que buscar em termos de melhorias no que se refere à igualdade de oportunidades de acesso ao estudo e qualificação profissional aos negros. Para isso, a pesquisa científica torna-se uma alternativa capaz de contribuir para a transformação de práticas socioculturais como o preconceito, por exemplo, que está arraigado na sociedade brasileira.

Além de renegar a participação e importância histórica dos negros no Brasil, as formas de exclusão social e falta de oportunidades a essas pessoas, vai mais além. O Brasil é um país que mascara e esconde suas práticas socioculturais como o racismo, por exemplo. Como este exige punição perante a justiça, esse fator, de certa forma, transformou como o preconceito acontece, pois os indivíduos racistas, muitas vezes, temem as possíveis punições e consequências.

Almeida (2019), aborda pontos relevantes sobre o tema. Justamente por ser estrutural, o autor afirma que o racismo é um fato histórico, ou seja, não pode ser compreendido apenas como consequência dos sistemas político e econômico. Conforme o autor, no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, além do aspecto físico que denomina a etnia de uma pessoa, há também a questão socioeconômica, ou seja, aquele que porventura ainda puder pertencer/ circular em determinados meios sociais e manter hábitos de consumo característicos da classe média, pode vir a tornar-se alguém racialmente “branco”. É um fenômeno social complexo. Assim, Almeida (2019, p. 57) comenta que “Em um mundo onde a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo.

Mesmo assim, possíveis punições perante a justiça não impedem a realização dessa prática e é este ponto que devemos discutir. Não são poucos os casos de injúria racial registrados aqui no Brasil, onde a justiça, muitas vezes, termina a favor dos opressores, fator que gera duas vezes mais humilhação as pessoas lastimadas devido à cor da sua pele. E no Brasil outro agravante somado a estes casos é o típico “humor brasileiro”, ou seja, a maneira que a maioria branca encontrou de praticar a ofensa mascarando-a de piada, transformando a dor do outro em recreação.

O tema em questão foi objeto de estudo na obra “Racismo Recreativo” publicada no ano de 2019, por Adilson Moreira. A referida obra destaca as tantas vezes em que a pessoa negra é humilhada, tem seus traços físicos ironizados para o divertimento de maiorias brancas. Além disso, o racismo disfarçado de humor acontece através da reprodução de discursos de ódio onde a pessoa negra é sempre desvalorizada, inferiorizada, ridicularizada, entre outras formas de discriminações.

A questão é que o suposto uso do humor como propagação de racismo é uma forma que a maioria branca encontrou de reafirmar a superioridade que acreditam ter devido ao tom da pele, sobre grupos minoritários como negros e indígenas, por exemplo. Para Moreira (2019, p. 81) “Palavras comunicam valores culturais e não deixam de disseminar sentidos negativos devido a uma suposta ausência de motivação psicológica. Elas expressam um consenso social dos membros do grupo majoritário sobre o valor de pessoas que pertencem a minorias raciais”.

O racismo no Brasil é tão estrutural e histórico que consegue mais uma vez se apresentar velado através dessas representações de humor. As piadas racistas “[...] só adquirem sentido dentro de uma situação marcada pela opressão e pela discriminação racial” destaca (MOREIRA, 2019, p. 81). Entretanto, sendo um país elitista, no Brasil é um processo muitas vezes baseado na condição social e financeira das pessoas, além dos estereótipos já criados e cristalizados sob o indivíduo negro. Maior exemplo disso é o fato do brasileiro se render a jogadores e grandes cantores(as) negros(as), mas não se compadecer com a dor e a necessidade da pobreza negra. Não faz questão de diminuir as diferenças sociais, em gerar oportunidades, de aceitar cotas em universidades, entre outras tantas questões dicotômicas que enfrentamos por aqui.

Por enfrentarmos esses muros que são construídos entre minorias (étnicas) e grupos dominantes, é que estudos como este se fazem necessários. É preciso mostrar as diferenças, as ofensas, as humilhações e lutas das pessoas negras, que não são expostas, sempre em busca de mais e melhores condições sociais, por igualdade. Este trabalho aborda a situação do negro no Brasil nos seguintes quesitos: condições de acesso à educação e ao mercado de trabalho, ou seja, como o grau de instrução educacional influencia na conquista de um bom cargo de trabalho para uma pessoa negra. Ao questionarmos quantos professores negros há nos quadros de docentes das Universidades Comunitárias do RS, na verdade busca-se descobrir, de fato, quantos negros conseguem alcançar oportunidades de estudo que lhes proporcionem bons cargos de emprego como de professores universitários, por exemplo. Quantas pessoas negras

conseguem oportunidades de estudar e assim alcançar graus de escolaridade como a graduação e pós-graduação?

Para tornar-se professor em uma universidade, é preciso que a pessoa curse no mínimo uma graduação e uma pós-graduação (mestrado). Quantas pessoas negras será que conseguiram se qualificar o suficiente para alcançar estes cargos, sem que precisassem desistir por falta de oportunidade ou obstáculos que transformaram esse desejo em um sonho distante?

O filósofo Thomas Hobbes foi responsável pela célebre frase “O homem é o lobo do homem”. A oração, metafórica, quer dizer que o homem é um animal que ameaça a sua própria espécie, o que faz todo sentido, pois a sociedade é cruel quando se trata de questões como interesses próprios que envolvem a conquista de oportunidades e prestígio.

Esta analogia é justamente para refletirmos sobre estas “oportunidades”. Ao analisarmos a promoção da igualdade social na educação, percebemos alguns detalhes que explicam os dados que foram apresentados pelas universidades que participaram desta pesquisa. As crianças negras de periferias quando conseguem acesso à educação, muitas vezes encontram por lá seus primeiros obstáculos. A escola é onde sofrem racismo e ofensas e, muitas vezes, por ainda não saberem se defender, este ambiente acaba se tornando também o local onde menos querem frequentar.

Se a escola não está preparada para receber estas crianças, o mundo do crime acaba se tornando uma alternativa e, conforme Amaro (2015), a criança cria identificação com o novo meio:

[...] muitos estudantes negros optam por “vestir a roupa” enunciada nas piadas e ofensas que lhes são dirigidas. Assim, se são chamados de “marginais” ou “sujos”, “feios”, “maconheiros” ou “bagunceiros”, passam a agir dentro desse “personagem”, como forma de rebeldia, provocação ou reação (AMARO, 2015, p. 66).

Além disso, há muitos outros fatores que cercam a vida infantil negra no Brasil que não os permite ter acesso à educação, muito menos a uma educação continuada. Até hoje, por todo o país, professores negros sofrem para exercer sua profissão. Diversas vezes são ofendidos, agredidos, desacreditados e insultados dentro das salas de aula devido a cor da sua pele. Ainda em 2020 incomoda a muita gente uma pessoa negra que exerça um bom cargo profissional onde delegue ordens, seja o superior, ou proprietário. Ainda se espera da pessoa negra que ela ocupe cargos de trabalho como limpeza, cozinha e serviços gerais, profissões tidas no Brasil como inferiores, e designadas àqueles que não possuem estudo, posse ou classe social privilegiada.

4.1 A igualdade racial garantida pela constituição: um direito que o brasileiro faz questão de fingir não enxergar

A luta pela igualdade racial não é uma exigência só daqueles que se sentem excluídos e sim um direito garantido por lei. Há 10 anos, em 20 de julho de 2010, esses direitos foram compilados na obra denominada “Estatuto da Igualdade racial”.

Dentro os temas tratam-se: Dos Direitos Fundamentais; do Direito à Saúde; do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer; do Direito à Liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos; do Acesso à terra e à moradia adequada; do Trabalho; das Ouvidorias Permanentes e do acesso à Justiça e a Segurança; Do Financiamento das Iniciativas de Promoção da Igualdade Racial, entre outros direitos que assegurados às pessoas negras.

4.1.1 Seção II: da educação

Art. 11. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio³, públicos e privados, é obrigatório o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 1º Os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, resgatando sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País.

§ 2º O órgão competente do Poder Executivo fomentará a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§ 3º Nas datas comemorativas de caráter cívico, os órgãos responsáveis pela educação incentivarão a participação de intelectuais e representantes do movimento negro para debater com os estudantes suas vivências relativas ao tema em comemoração. Estatuto da Igualdade Racial 17.

Art. 12. Os órgãos federais, distritais e estaduais de fomento à pesquisa e à pós-graduação poderão criar incentivos a pesquisas e a programas de estudo voltados para temas referentes às relações étnicas, aos quilombos e às questões pertinentes à população negra.

³ Trechos retirados do Estatuto da Igualdade Racial.

Art. 13. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos competentes, incentivará as instituições de ensino superior públicas e privadas, sem prejuízo da legislação em vigor, a:

I – resguardar os princípios da ética em pesquisa e apoiar grupos, núcleos e centros de pesquisa, nos diversos programas de pós-graduação que desenvolvam temáticas de interesse da população negra;

II – incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira;

III – desenvolver programas de extensão universitária destinados a aproximar jovens negros de tecnologias avançadas, assegurado o princípio da proporcionalidade de gênero entre os beneficiários;

IV – estabelecer programas de cooperação técnica, nos estabelecimentos de ensino públicos, privados e comunitários, com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas.

Art. 14. O poder público estimulará e apoiará ações socioeducacionais realizadas por entidades do movimento negro que desenvolvam atividades voltadas para a inclusão social, mediante cooperação técnica, intercâmbios, convênios e incentivos, entre outros mecanismos.

Art. 15. O poder público adotará programas de ação afirmativa.

Art. 16. O Poder Executivo federal, por meio dos órgãos responsáveis pelas políticas de promoção da igualdade e de educação, acompanhará e avaliará os programas de que trata esta Seção

O que se observa através destas normativas que compõem a constituição, é que o governo garante estudos continuados, valorização da história negra entre as crianças nas escolas, mas todas as informações levantadas em nossa pesquisa mostram justamente o contrário. Mais um indício de que as supostas garantias oferecidas pela constituição não condizem com a realidade social do negro no Brasil é a informação veiculada pela “RBA- Rede Brasil Atual” (A Rede Brasil Atual foi criada em 2009, fruto de parceria entre alguns sindicatos de trabalhadores liderados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), em 2019, de que a evasão escolar entre jovens negros é maior e é resultado da violência do racismo. Em um trecho da referida reportagem há a afirmação de que o índice de evasão escolar entre os jovens negros de 19 a 24 anos é maior.

Quase metade dos jovens negros, de 19 a 24 anos, não conseguiram concluir o ensino médio. De acordo com dados do IBGE, divulgados nesta semana com relação a 2018, enquanto o índice de evasão escolar chega a ser de 44,2% entre os homens, um recorte de gênero e raça revela ainda que sobre as mulheres negras, da mesma faixa etária, o abandono escolar é uma realidade para 33% das jovens (REDE BRASIL ATUAL, 2019, s/p).

A reportagem ainda traz mais informações como a fala de professores especialistas em educação, que reforçam as teorias aqui abordadas. “Tem relação direta com a formação da sociedade brasileira, o racismo é estrutural na sociedade”, é fala do professor da Educação de Jovens e Adultos – EJA, Antonio de Jesus Rocha, que complementa:

Obviamente isso afeta sobretudo a juventude negra da periferia, os alunos negros não se reconhecem nas escolas, nos livros didáticos, nas falas dos professores. Ou seja, apesar da Lei 10.639/2003 induzir o trabalho da questão étnico-racial na escola, isso está longe de ser uma prática cotidiana na escola pública do estado de São Paulo”, contesta o docente (REDE BRASIL ATUAL, 2019, s/p).

Não só na escola pública de São Paulo esta é a realidade, pode-se dizer, a partir das leituras realizadas, que se trata da realidade de muitas delas. Há, no capítulo anterior, uma crítica sobre a forma que os livros retratam a escravidão negra no Brasil. A forma branda e desinteressada não reflete e não transmite aos estudantes tamanha dor, sofrimento e valor que o povo negro teve e tem na história do país, o qual renega suas raízes e menospreza, desrespeita e humilha seus ancestrais e descendentes. Sim, no Brasil poucos são os que não têm em suas raízes genealógicas a mistura do sangue negro através da miscigenação.

Os dados apresentados na reportagem sobre a evasão escolar são uma amostra do modo como a violência do racismo incide sobre a juventude negra. É preciso mais políticas públicas e, nesse sentido, a publicação critica a decisão do atual governo federal sobre a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI - do Ministério da Educação – MEC. Essa decisão vai na contramão do fortalecimento do ensino no Brasil, conforme a coordenadora da coordenação educativa, Edneia Gonçalves. Segundo ela a extinção quer dizer e não fazer com que as ações que já estavam em curso, as perspectivas que estavam sendo apontadas como de melhoria desse diálogo, está levando a naturalização do racismo estrutural e institucional das escolas.

A realidade que tenta ser mascarada por governos que se escondem atrás de constituições, onde somente no papel garantem diversos benefícios e igualdade ao povo, ou que fingem não enxergar os dados reais que são apresentados, são os verdadeiros interessados e beneficiados em que essa segregação e falta de oportunidades se mantenham assim como estão.

Jessé Souza, advogado e Doutor em Sociologia aborda em sua obra *A tolice da inteligência brasileira* (2015), justamente a questão dos benefícios que os 1% de “endinheirados”, como ele mesmo nomeia, têm em esta situação social se manter assim:

[...] só assim é que se pode monopolizar os recursos naturais que deveriam ser de todos, e explorar o trabalho da imensa maioria de não privilegiados sob a forma de taxa de lucro, juro, renda da terra ou aluguel. A soma dessas rendas de capital no Brasil é monopolizada em grande parte pelo 1% mais rico da população. É o trabalho dos 99% restantes que se transfere em grande medida para o bolso do 1% mais rico (SOUZA, 2015, p. 10).

4.2 O negro e sua inserção na educação: o estado da arte

Questões que envolvem a negritude no Brasil são trabalhadas há muitos anos e atualmente tem ganhado grande relevância nas discussões sociais. A atualidade ainda que deveras cruel com o tema, como ponto positivo, favoreceu uma abertura maior nas formas de diálogo e frequência com que se aborda o assunto.

Ainda assim, os avanços são singelos e devem tomar maior proporção. Nesta perspectiva é que surgiu a ideia de contribuir com reflexões sobre a temática e foi elaborado este estudo, o qual tem como propósito analisar a situação quanto a representatividade negra dentro das universidades comunitárias do RS, para conhecer melhor o acesso do negro à educação e o quanto a pessoa negra está representada dentro destas universidades, num nível considerado elevado.

Mas para compreender melhor a realidade social no que tange ao acesso das pessoas negras ao contexto da educação superior, trazemos a contribuição de outros estudos já realizados, os quais mostram um pouco mais dessa realidade. Em estudo recente Barreto (2014) socializa um estudo desenvolvido no Rio de Janeiro, que se assemelha ao tema desta pesquisa por buscar a presença representatividade negra no Ensino Superior. Além disso, a pesquisadora traz a realidade das mulheres no ensino superior; as concluintes; os funcionários técnico-administrativos e também os docentes.

[...]Ao contrário da hegemonia feminina em praticamente todos os números relativos ao acesso ao ensino superior e à sua conclusão, o número de docentes do sexo masculino ainda é, em média, 10 pontos percentuais mais elevado do que o feminino. Em 2012, a composição ficou em 54,72% de homens e 45,28% de mulheres, e esta é uma média que se manteve mais ou menos inalterada no período avaliado (2006-2012) [...] (BARRETO, 2014, p. 23).

O estudo de Barreto (2014) teve como foco os docentes universitários e buscou identificar a presença feminina o foco está em identificar a presença feminina e masculina, cujo o resultado mostrou que a presença feminina é maior em todos os cargos, exceto em docência. O estudo retrata também a realidade do ensino público, onde a forma de ingresso é a mesma para todos: através de concursos públicos. A pesquisa realizou-se também no âmbito de ensino privado e o resultado continua apontando uma quantidade majoritária masculina nos cargos de professor, como descreve a autora.

Outra pesquisa que traz importante reflexão sobre o tema é o intitulado “O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira” (BONILHA; SOLIGO, 2015). Esta obra analisa dados estatísticos educacionais sobre a trajetória do negro na educação básica, a fim de identificar as regiões do Brasil que apresentam os maiores índices de exclusão escolar.

Os dados utilizados foram do Censo Escolar dos anos de 2007 e 2009. A disparidade entre o número de alunos pretos e alunos pardos, foi em todos os níveis de ensino, situação que se criticamente analisada, compreende com sucesso a ideia de “branqueamento”, termo explorado pelas autoras. Quanto aos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, estes alunos representam os níveis de ensino com maior índice de exclusão escolar. “A exclusão do negro é um problema nacional, não estando circunscrita a uma região específica. O aluno negro sofre as consequências da discriminação racial em todas as regiões do país, e em todos os níveis de ensino” (BONILHA, SOLIGO, 2015, p. 1).

Ainda que a pesquisa de Bonilha e Soligo (2015) não aborde o Ensino Superior, a relação entre ambas se dá de forma direta, uma vez que os resultados mostram que a evasão dos alunos da educação básica reflete na ausência de alunos negros na educação superior. Uma criança ou jovem quando decide abandonar a escola, poucas vezes retoma os caminhos do estudo, dificilmente ingressando na universidade. Embora com foco diferente no que se refere ao nível de ensino, a preocupação das autoras assemelham-se a nossa, pois as condições de acesso e continuidade da educação da pessoa negra, que ainda são restritas, buscamos ressaltar com a pesquisa científica, a necessidade de uma melhoria dessa realidade social.

A pesquisa intitulada “ O negro e a universidade brasileira”, de Delcele Mascarenhas Queiroz, publicada em 2004, embora já não tão recente, ainda retrata fielmente a realidade do racismo brasileiro. O estudo traz uma forte narrativa sobre o fim do período escravocrata no Brasil e como este foi um divisor de águas entre os escravos negros que foram marginalizados e como foram tratados os imigrantes que chegaram ao Brasil para trabalhar no lugar dos negros, mas recebendo salário e terras para sua moradia.

O contexto de estudo foi a Universidade Federal da Bahia, local que ressignifica o país como “[...]a maior proporção de negros fora da África. Salvador, na Bahia, é a segunda cidade de maior população negra no mundo” (Queiroz, 2004, p. 1). Ainda assim, com esta teoricamente alta representatividade de negros, o local não está isento de problemas e questionamentos quanto ao número de negros no Ensino Superior.

[...] havia indicado que cerca de metade dos estudantes da UFBA eram brancos, aproximadamente um terço era pardo e menos de um décimo (8%) eram pretos. Assim, os negros¹⁰, -pardos e pretos- representavam quase a metade dos estudantes, uma situação que parecia ser animadora, considerando-se a histórica trajetória de exclusão dos negros na sociedade brasileira (QUEIROZ, 2004, p. 74).

Porém, o que aparentemente parecia um alento à população negra, ou seja, estar representando quase que na mesma proporção que os brancos em uma das mais antigas e renomadas universidades do país, logo se tornou um reflexo nítido da dura realidade negra no Brasil: “No entanto, quando se compara sua presença na Universidade ao seu peso no conjunto da população da Bahia, percebe-se que eles estão sub-representados na Universidade”(QUEIROZ, 2004, p. 74).

O estudo também revelou o privilégio branco mesmo em um estado com maioria negra na população. É deles o privilégio ao acesso a carreiras superiores e de prestígio. Aos negros restam os cursos menos valorizados e ainda nesses cursos eles são, em geral, minoritários. “Desta forma, em que pese a expressiva presença dos negros no conjunto da população baiana, eles não estão se beneficiando, na mesma medida que o contingente branco, do acesso à universidade” (QUEIROZ, 2004, p. 74,75).

Um estudo recente que retrata o tema, mas em observação de ótica mais ampla sobre o assunto é a pesquisa “Resistência e representatividade negra na universidade estadual do rio grande do sul: por onde andam meus pares?” de Maidana e Dornelles (2019). As autoras abordam o ingresso do negro na universidade através da Lei das cotas e manifestam-se afirmando que:

O ensino superior pode modificar o futuro de jovens negros, minorias invisíveis nas periferias do Brasil. Apesar do aparato legal e do grande número de vagas oferecidas, frutos da Lei 12.711/2012- lei de cotas, ainda se percebe um percentual muito baixo de negros nestes espaços (MAIDANA, 2019, p. 1).

Além disso, o estudo fomenta reflexões relacionadas às ações afirmativas disponibilizadas pela UERGS. Elas dão conta do acesso e permanência do aluno negro nestes espaços? Assim como em outras universidades, é preciso verificar quais políticas de permanência são oferecidas. A exclusão pelo preconceito racial impede o crescimento de sua

população de modo geral, permitindo que somente uma parcela tenha acesso à educação e com isso melhores posições no mercado de trabalho.

A implantação de políticas de ações afirmativas é necessária em todas as universidades. A permanência de alunos negros nestes espaços deve ser conquistada através de políticas de acolhimento propostas pelas próprias universidades através de espaços de discussão sobre resistência e empoderamento. E quantas vezes vemos estas atividades de acolhimento? Esses momentos de reflexão, expansão dos horizontes para que se compreenda que a entrada dos negros na universidade pelo sistema de cotas não é ofensa para ninguém e sim uma tentativa de ampliar o número de alunos e posteriormente o número de profissionais negros no país.

Um retrato que persiste nos dias de hoje. São pouco(a)s o(a)s estudantes negro(a)s nas universidades brasileiras e quando examinamos o número de o(a) s professore(a)s negro(a)s nestes ambientes, a situação é ainda mais grave. As universidades se constituíram e se consolidaram como espaços institucionais brancos e não vislumbraram a necessidade de reparar esta discrepância (GONÇALVES e AMBAR, 2015, p. 33).

A pesquisa da autora alinha-se à discussão desta dissertação e ressalta a necessidade de mais discussões sobre o tema. Cada vez mais análises sociais em diferentes aspectos precisam levar ao conhecimento das universidades a importância de se abrir as portas para comunidades como a negra, por exemplo. Não só ações que tenham origem a partir dos governantes, mas também partam de iniciativas das próprias universidades.

Um dos pontos que vale a pena destacar aqui é a prevalência de estudos com a temática feminina. Mais um estudo que contempla o tema é “Mulheres negras na docência do ensino superior: discriminação e resistência”. O estudo foi elaborado por 3 mulheres: Emanuella Marques Gomes, Sarah Jane Alves Durães e Ângela Ernestina Cardoso de Brito. O trabalho foi publicado no ano de 2012 e buscou a análise em perspectiva de uma sociedade machista e racista. Objetivou conhecer a colocação profissional da mulher negra no Brasil no meio acadêmico, contexto que exige determinado nível de formação educacional e aqui, em território nacional, sabemos que as mulheres negras ocupam outros cargos que não a docência na educação superior.

[...] ao analisarmos o Censo 2000, de um total de 65.629.886 pessoas empregadas, 3% são professores e, do seu número total, 64,6% são brancos, sendo, no nível superior, 80%, enquanto os professores negros constituem 4,3% e sua presença no nível superior resume-se a 5,6% (GOMES, DURÃES, BRITO, 2012, p. 1).

Entretanto, apesar dos resultados não surpreendentes de mulher negras serem minorias frente à docência universitária e demais cargos superiores no mercado de trabalho, tamanha

demanda de pesquisas científicas sociais destacam outro processo que, apesar de lento, representa certa satisfação aos cientistas sociais: a ascensão profissional da mulher negra na sociedade brasileira.

Tal curiosidade pautou-se no presente desenvolvimento cada vez mais notável do destaque intelectual da mulher negra, [...]. Além do mais, percebe-se que essa noção de controle patriarcal ainda é perceptível nas atividades que essas professoras negras exercem na contemporaneidade. Será então à docência do ensino superior, atividade de prestígio, uma forma de afirmação? (GOMES, DURÃES, BRITO, 2012, p. 1-2).

As autoras destacam um ponto importante nesta pesquisa, que também vale a pena ser destacado: a opção feita pelo próprio(a) negro(a) em optar pelo caminho intelectual, pelo estudo. Através das observações e estudos feitos por Oliveira (2006) nota-se que ainda hoje em 2019, são poucos os negros que têm alcançado a ascensão social através da educação. Enquanto os que conseguiram ascender, chegaram a cargos e posições de destaque. Justamente por este motivo, é que estes precisam ser reconhecidos, para que sirvam de incentivo a outros, confirmando o que falamos até aqui sobre representatividade. Isto acrescenta na valorização do trabalho intelectual e em sua forma de transformar vidas e tradições culturais racistas, ou seja, transformações de práticas socioculturais.

Quanto à valorização do trabalho intelectual do negro, Hooks (1995, apud GOMES, DURÃES, BRITO, 2012, p. 465) considera que: “Essa desvalorização do trabalho intelectual que muitas vezes torna difícil para indivíduos que vêm de grupos marginalizados considerarem importante o trabalho intelectual, isto é, uma atividade útil. Contudo a decisão de trilhar conscientemente um caminho intelectual foi sempre uma opção excepcional e difícil.”

Diante dessa desvalorização do trabalho intelectual e a dificuldade do negro em se inserir na docência no meio acadêmico, enfatiza-se a forma de atuação pessoal e política que as mulheres negras adquiriram ao fazerem parte do meio docente. Ou seja, quando se é negro em um país estruturalmente racista como é o Brasil, o simples fato de ser professor é um ato político, é uma resistência, é uma militância. Santos (2006), destaca que:

Assim fica a indicação de que seguir o caminho acadêmico deve ser visto pelo negro, não só ao nível de vontade, mas muito mais que isso, deve ser encarado como uma necessidade. O motivo que tem levado negros a buscar maior e melhor grau de formação acadêmica tem sido a ascensão social. (...) Entretanto, para se chegar a essa decisão, houve situações anteriores que contribuíram, como, por exemplo, o olhar de alguns professores, que, perceberam o potencial desses alunos, incentivaram-nos a continuar e, mais, possibilitaram a alguns conseguir bolsas de estudos, tornando-se seus orientadores e cúmplices no processo de formação, colocando-os em situações que os fizeram deparar com momentos de autoconfiança e autoestima elevada e os convenceram a se dedicar à vida, a atividades de leitura, escrita e troca de informações, pelo prazer individual e como luta a favor de sua étnica e de outras minorias (SANTOS, 2006, p. 172).

Quando falamos tanto em desvalorização e falta de estímulo da pessoa negra a permanecer sua formação educacional, uma fala como está resalta que ainda que sejam poucos, há quem lute e perceba essas causas. Entretanto a outro tipo de problema enfrentado pelo jovem negro que escolhe a ascensão através do estudo, da educação: a resistência da aceitação.

Em um estudo que buscou destacar a importância da não vitimização e sim valorizar o empoderamento negro, o estudo da arte finaliza com a análise de um estudo que traz este viés de uma perspectiva diferente. Busca-se refletir a importância da imagem na perspectiva da representatividade, empoderamento e estímulo a um novo paradigma dos negros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo resalta que o imaginário constitui um tipo de conector obrigatório pelo qual forma-se qualquer representação humana. Isso tem comprovação através da ideia proposta na realização da foto coletiva de negros que reuniu cerca de 300 alunos, servidores e terceirizados em frente à reitoria da instituição pública de ensino superior em 20 de novembro de 2017, no dia da Consciência Negra.

De Silva (2018), o trabalho apresentado ao II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, chama-se “Sim, representatividade importa: Uma análise sobre a relevância e os efeitos da foto coletiva dos negros da UFRGS”. Assim, pode-se dizer que “[...] além de uma imagem emblemática que teve grande repercussão, o Novembro Negro na UFRGS mostrou a força de um grupo que por muitas vezes ficou à margem das oportunidades de ensino e longe dos espaços de poder” (SILVA, 2018, p. 2).

A democracia racial é algo enraizado na memória brasileiro e busca ignorar ou anular os problemas que enfrentam os afrodescendentes. Porém, ainda que muitos tentem não visualizar, racismo se manifesta na manutenção da superestrutura escravista, aonde os brancos continuam sendo os donos da “Casa Grande” e os negros continuam nas “Senzalas”.

No imaginário popular, há uma aceitação de que os negros podem ser excelentes músicos, dançarinos e atletas. Porém, as possibilidades, via de regra, ficam restritas a esse campo, pois historicamente, o acesso aos bens materiais foi dificultado ao máximo para este segmento da população, uma vez que a elite brasileira impediu que os negros tivessem ingresso nas instituições políticas, como os poderes legislativo, executivo e judiciário, as organizações educativas, como as escolas e universidades, aos meios de produção de capital, além dos direitos humanos fundamentais (SILVA, 2018, p. 3).

Por isto a polêmica da imagem. Ao mostrar a frente da universidade repleta de negros de todos os segmentos: alunos, professores e colaboradores, a percepção obtida pelo imaginário da população branca é de que o jogo está virando e a realidade começa a se alterar. E é justamente sobre esse novo panorama que esse artigo trata: a (re) construção do imaginário dos negros da UFRGS.

4.3 Vitimismo e o empoderamento

Um dos objetivos do estudo proposto é refletir sobre problemas sociais enfrentados pelo negro, bem como destacar a importância da não vitimização desta raça e sua igual capacidade intelectual, movimento que hoje em dia nomeamos empoderamento. Mas para tanto, é preciso entendermos um pouco mais sobre estes termos e os contextos em que estão inseridos.

Partimos do termo vitimismo. O tradicional dicionário brasileiro Aurélio, apresenta a definição deste termo como: sentimento de ser vítima; sensação de quem está ou foi sujeito a opressão, maus-tratos, arbitrariedades, discriminação etc. Essa nomenclatura é bastante usada quando se trata de assuntos como a violência contra a mulher, mas aqui vamos trabalhar aplicando-o a questões raciais. Gregori (1988) apresentou um estudo sobre este tema onde justamente trabalhava questões de gênero (feminino e masculino), mas em estudo de sua obra, alguns pontos em comum podem ser apontados.

Partimos da definição que a autora apresenta sobre o termo vitimismo: ‘não sujeito constituinte de sua situação ou destino, vítima, inclusive quando age contra os outros’ (GREGORI, 1988, p. 143). A ideia do negro como ser “não constituinte” vem desde a chegada do mesmo ao Brasil ou até antes disto. Na tomada de decisão de invadir a África, e trazer estas pessoas para se tornarem escravas em um outros país, já torna o negro, aos olhos da classe e cultura dominante, um sujeito incapaz de decidir por si, ou que pudesse exercer sua vontade própria.

A abordagem desse tema, assim como no caso da pesquisa de Gregori (1988), tem um marcado caráter militante em busca da defesa desses assuntos. Baseado em Azevedo (1985) é

o que a autora apresenta como uma subjetividade necessária para os estudos. É uma falta de neutralidade também necessária para a utilização destes temas em pesquisas científicas sociais, a fim da busca de soluções destas práticas socioculturais.

Da mesma forma que a violência contra a mulher, ou seja, violência de gênero, é pauta de pesquisas científicas sociais, em busca de possíveis alternativas de soluções aos casos e investigação de porquês, a violência étnica também precisa ser resgatada em suas raízes para identificarmos os motivos e buscarmos soluções. Segundo (GREGORI, 1988, p. 143) para explicar que as situações de violência são fruto de uma condição geral de subordinação. Por classificá-las como formas de violência, passam, sem maior exame, a reclamar punibilidades.

Para trabalharmos o vitimismo, antes é preciso compreender que o debate destes assuntos não é incentivá-los, mas sim entender suas origens e o que passam as vítimas dessas violências. Ainda em analogia com o estudo de Gregori, ela apresenta a violência de gênero contra a mulher como algo “não estrutural”. Enquanto isso, a violência étnica é um processo que vem de um resultado “estrutural”, pois se mantém desde a época do Brasil escravocrata a ideia cristalizada de marginalização e inferiorização da pessoa negra. Questão que por muitas vezes ainda se apresenta viva como uma das práticas sociais negativas do país, em forma do racismo. Almeida (2019) ao falar do tema deixa bem claro que:

Por ser processo estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social (ALMEIDA, 2019, p. 55).

Os fatores para cristalização desses conceitos, vem da opressão perpetuada pelo sistema onde se instiga a não aceitação de igualdade de condições socioeconômicas e sociais entre as raças. O que chamamos de racismo estrutural e institucional. Tem-se ainda a ideia de uma classe dominante que impõe a identidade social e cultural de uma sociedade e até mesmo a identidade visual, baseados em uma educação polarizada onde ainda não se reconhece a importância e diversidade cultural dos negros.

Esses dados são comprovadas ano após ano por levantamentos divulgados por instituições como o IBGE. O estudo de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, do IBGE, de novembro 2019, publicado pelo site “Brasil de direitos.org.br”, informa que pretos e pardos são 56% da população brasileira. Entretanto, eles representam apenas 29% dos cargos de gerência nas empresas. Ainda: dos 10% de brasileiros com menor renda mensal, 75% são negros. Entre as populações que mais morrem no Brasil por ano, os negros têm 2,7 mais chances de serem vítimas de homicídios do que pessoas brancas.

Já em índices de acesso à educação superior, que é o foco deste estudo, o maior número de analfabetos é de negros. Embora em 2018 o índice de jovens negros cursando o ensino superior tenha aumentado para 50,3%, os jovens que se auto declaram brancos, com idade de 18 a 24 anos, somavam 80% da população do ensino superior brasileiro, enquanto os negros caíam para 56%. Outra informação, desta vez divulgada pelo site ‘O Globo’, afirma o quanto a violência étnica continua crescendo no Brasil. Um dado ainda sobre o ano de 2018, mostrou que o Disque Direito Humanos, teve mais de seiscentos casos de racismo registrados.

Outra forma de utilização da violência étnica está nos chamados ditos populares, senso comum, cujo conteúdo denigre a imagem do sujeito. É o chamado racismo recreativo, já abordado no capítulo anterior. (MOREIRA, 2019, p. 70) esclarece esta prática: “O humor decorre da comparação entre grupos sociais, um meio que as pessoas utilizam para afirmar um sentimento de superioridade em relação a membros de outros grupos”. Ou seja, o humor racista se mantém pela propagação de discursos de ódio que comparam e denigrem grupos inferiores (oprimidos) em prol da diversão de grupos dominantes que através desta prática auto afirmam sua superioridade (opressores).

Gregori levanta ainda outro ponto interessantes em seu estudo, os chamados interesses em choque. Para a autora, “de um lado o interesse do dominador: o desejo de mando e a montagem de um sistema que permita que ele se efetive e perpetue” (GREGORI, 1988, p. 144). Ainda se destaca que o interesse da vítima ainda pode vir a ser algo não identificado, em relação a questão racial, a busca se dá por igualdade de direitos e respeito a pessoa negra.

Aponta-se, também, um ocultamento por parte das vítimas, como se houvesse uma aceitação nos casos de agressão, entretanto, esse ocultamento é aplicado algumas vezes, em casos de violência contra a mulher. Na questão racial, destaca-se que desde a época dos escravos, os negros apresentaram resistência a opressão sofrida. Naquela época haviam fugas e até mesmo sabotagens nas lavouras e das negras escravas dentro da casa grande contra seus senhores. As formas de resistência que se apresentam nos dias de hoje, são através das lutas e reivindicações sociais que não calam as vozes desses grupos minoritários frente às desigualdades sociais.

Em seu estudo Gregori apresenta o termo relação típica, no que diz respeito a relação homem- mulher e a forma como as mesmas são tratadas por seus companheiros. Neste acaso, a análise que se faz sobre esta relação típica está na diferença étnica dos grupos e na crença da superioridade de uma raça dominante. A Relação típica a que a sociedade está acostumada, se dá da seguinte forma: o branco como ocupante dos melhores cargos de emprego e melhores condições sociais, enquanto a pessoa negra ocupa os cargos opostos ao homem branco, ou

seja, vivencia a pobreza e desigualdades. Porém, quando essa relação típica, da pessoa negra como inferior, não acontece, como resultado disso temos a violência, neste caso, chamada racismo ou injúria racial. Através desta é que se manifestam as resistências e não aceitações a ocupação da pessoa negra a cargos profissionais superiores, por exemplo, como foi o caso do ex-Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

Quando o negro, enfim não ocupa estes cargos de inferioridade social, a partir das resistências da classe dominante, desenha-se o negro como aquele que se utiliza de vitimismo para ocupar lugares que “deveriam” ser dos brancos, como é até hoje, a discussão sobre as cotas nas universidades. Uma vez que a pessoa negra vitimiza-se, devido aos traumas já sofridos pelas violências a que foi submetida, ao mesmo tempo é taxada, pelo próprio agressor, de vítima, como se usasse deste lugar de fala para se aproveitar de lugares que de acordo com o imaginário da classe dominante, não pertencem a ela.

Contudo, a vítima, segundo (GREGORI, 1988, p. 145): “aparece nessa narrativa como alguém que vê dia a dia suas ilusões sendo destruídas, tendo cada vez mais medo... e vergonha... de sua situação...”. São nessas situações que se destaca a importância de pesquisas como esta, pois o que se conclui é que a pesquisa científica social é cada vez mais necessária na busca de alternativas para a solução dessas práticas nocivas socioculturais, e que para fortalecimento destas lutas, é preciso que o negro ocupe cada vez mais, seu lugar de fala como alguém empoderado, em busca de uma ressignificação social.

Percebe-se que na maioria das vezes, quem escreve a história da negritude não são os próprios negros, isso porque são os que menos possuem acesso à educação. Uma vez que o lugar de fala vem de um sujeito que não sentiu na pele. O mesmo simpatiza, mas não vivenciou a situação, a narrativa perde impacto e veracidade. Ribeiro (2019) em sua obra “Lugar de fala” especifica esta situação ao trazer o seguinte exemplo:

Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas este homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. [...] A travesti negra fala a partir de sua localização social, assim como o homem cis (RIBEIRO, 2019, p. 83).

Isto é reflexo das desigualdades, se mais negros tivessem condições de acesso ao estudo continuado, certamente mais vozes negras contariam estas histórias. Para (GREGORI, 1988, apud CHAUI 1985 p. 146) violência “[...] é uma expressão de uma “normalidade” social que converte diferenças em relações hierárquicas com fins de dominação, exploração e opressão. É também a ação que trata o sujeito como coisa, caracterizando-o pela inércia, pela

passividade e pelo silêncio”. A violência é tida também como uma forma de ralação de força. Isto implica com o desejo de mando e a opressão de um segmento social sobre outro.

Entretanto, ponto crucial da luta racial é o desejo de igualdade e melhores oportunidades para os negros, ponto que é destaque também na fala de (CHAUÍ, 1985, p. 34), que afirma ao falar sobre poder, que “[...] é a expressão dos direitos daquela parte da sociedade cujo desejo é não ser comandada nem oprimida”, mas o desejo de seguir livre e com as mesmas oportunidades torna-se um desafio para a comunidade negra brasileira, na medida em que a classe dominante enxerga o sujeito negro como alguém heteronômico, ou seja, alguém sem autonomia para pensar, agir e sentir. Pessoas que são o que são pelos outros.

O negro tem sua imagem ainda atrelada ao passado, a figura do negro marginalizado da época da escravatura. Ainda se espera que ele ocupe os piores cargos de emprego; ainda apresentam os piores índices de saúde, educação, salário, moradia etc. Assim como destaca Freire (2006), em seu clássico “Casa Grande e Senzala”, o negro era tido como um animal. Faziam os trabalhos mais difíceis, mais sujos, mais cansativos e sem direito a descanso e alimentação digna, assim como retratado no capítulo 3 deste estudo. As mulheres morenas eram a preferência dos portugueses para o que eles chamavam de amor físico, apenas. O autor destaca em sua obra, um dito popular da época: “branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”, frase que referenciava a superioridade que creditava-se a mulher branca sobre a negra.

Ainda que perversa, a violência também pode ser vista como uma forma de comunicação entre os grupos na construção de suas dualidades. De um lado há a classe, supostamente, dominante e do outro a classe dominada. Ambos ensejam criar novas formas de relacionamento, sem aplicar recursos que levem a um acordo, entendimento ou negociações de decisões.

A operação dos sistemas discriminatórios, opressores, causam distinções sociais significativas nos status sociais entre os grupos humanos. O não reconhecimento dos membros dos grupos dominantes sobre os oprimidos legitima as exclusões de oportunidades educacionais e também profissionais. Em razão disto, as lutas por novas formas de inclusão dessas minorias e que garantam maior dignidade a essa parcela da população.

A perpetuação de desigualdades retira do grupo dominante e opressor a responsabilidade pela condição social inferior dos demais, ou seja, encobre a atuação de práticas socioculturais de benefícios de uns em detrimento de outros. Por isso, as reflexões sobre o empoderamento, ajudam a vislumbrar melhores políticas de ações afirmativas que

garantam a esses indivíduos oprimidos o reconhecimento como agentes capazes de serem atuações competentes em meio a sociedade.

Inspirado nas análises e percepções de Berth (2019, p. 18), é que passamos a abordar mais alguns detalhes sobre o empoderamento. Em primeiro lugar, partimos de importante observação feita pela autora logo no início da obra ao destacar que Para aqueles que têm se dedicado aos estudos e reflexões sobre os efeitos tanto individuais quanto coletivos, acumulados por séculos de exploração, alienação e aliciamento de pessoas, o entendimento do que seja poder é intuitivo.

Quanto aos processos que envolvem o empoderamento, vale elucidar que se trata de “delegar poder”, mas precisamos identificar aqui de que poder estamos falando. Muitas discussões sobre o tema giram em torno de dúvidas como quem dá o poder e de que tipo de poder se trata. Explicando, de forma breve e objetiva, neste caso falamos da necessidade de empoderar grupos minoritários, e com isso possibilitá-los de:

[..] O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em conjunto, O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome” (BERTH, 2019, apud ARENDT, p. 184).

Quando falamos dessa relação de poder, ela ultrapassa barreiras como nível estatal, por exemplo, e estão presente sem toda a sociedade. O empoderamento negro é ao mesmo tempo um processo histórico e recente: acontece desde sempre junto a tradicional revolta dos negros em não aceitar as imposições de classes e culturas dominantes, mas ainda assim, parece ter ganhado voz e peso recentemente, e principalmente com o avanço da internet e redes sociais.

Discutirmos o empoderamento do lugar de fala de pessoas negras, influenciadas diretamente pelo sistema opressor patriarcal, é falarmos de uma conduta articulada de indivíduos e grupos. Parte importante desta discussão sobre empoderamento, trata-se de entender que ele é um processo que pode acontecer de forma individual e/ou coletiva, entretanto, quando o individual não transcende as barreiras, ou seja, o “conhecimento adquirido” não é utilizado de forma a contribuir com o empoderamento dos demais (mudanças de práticas socioculturais), ele se torna inútil. Freire (1979) ao discutir o empoderamento ligado às classes sociais esclarece:

Essa é uma questão. Não acredito na autolibertação. A libertação é um ato social [...] Mesmo quando você se sente, individualmente mais livre, se esse sentimento não é um sentimento social, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação global da sociedade, então você só está exercitando uma atividade individualista[...] Enquanto que o empowerment individual ou empowerment de alguns alunos, ou a sensação de ter mudado, não é suficiente no que diz respeito à transformação da sociedade como um todo... (BERTH, 2019, p. 43).

O processo de empoderamento da pessoa negra acontece em várias fases. Entre uma das primeiras, pode-se citar, a ajuda e direcionamento como ferramentas de fortalecimento e cura entre a população negra. Outros estágios são o autorreconhecimento, autoafirmação, autovalorização e autorreconhecimento de si mesmo e das suas habilidades humanas. Além disto, é preciso que haja, também, o reconhecimento de seu papel na história, um dos principais pontos que é o entendimento quanto a posição social e política e somado a tudo isto, um entendimento do que se passa ao seu redor.

Entretanto, todas essas autoafirmações das quais dependem o processo de empoderamento, são justamente as mazelas que a sociedade opressora, racista e desigual, fez questão de distorcer e esconder destas pessoas até os dias de hoje. Por isso é tão difícil a discussão de forma aberta destes temas: para discutirmos formas de empoderar grupos minoritários, primeiramente precisamos assumi-los como tal, ou seja, isto implica reconhecer o país como uma sociedade segregadora, privilegiada que mantém o crescimento de uns em prol do detrimento de outros e nesse reconhecimento, abrir mão dos privilégios, ação que a classe dominante ainda não se está pronta e não quer fazer.

A comprovação desta desigual realidade, está representada em (BERTH, 2019, p. 22) “muitas vezes estar imerso na realidade opressiva, impede uma percepção clara de si mesmo, enquanto oprimido”. Todos esses movimentos de empoderamento são “recentes” ao ponto de que somente há pouco tempo houve uma ruptura de estruturas e imposições de poder sobre a classe dominante na maneira que os negros percebiam a si mesmos, seja física quanto intelectualmente. É o que discutíamos ainda há pouco quando referenciávamos o vitimismo, ou seja, a vítima era tão oprimida pelo sistema que se autoreconhecia da forma que o opressor a qualifica.

Até os dias de hoje ainda se sofre os efeitos desta opressão e deste movimento de inferiorização da cultura negra. Ainda há negros que se julgam inferiores a partir dos julgamentos e humilhações sofridas pela classe sociocultural dominante. Mas ao mesmo tempo, já verificamos um crescimento na resistência e formas de vencer esta opressão. Um exemplo é a religião de matriz africana. A mesma sofre racismo religioso, termo recente, usado por Sidnei Nogueira (2020) em sua obra recém lançada intitulada “Intolerância

Religiosa”. Contudo, os praticantes seguem na luta pelo direito de escolha e liberdade de manifestação religiosa, tentando desmistificar conceituações preconceituosas criadas em torno da religião.

Outra luta constante das pessoas negras é quanto a aparência. Há um tempo atrás iniciou-se o movimento de “solte seus cachos”, que deu coragem e possibilitou que milhares de mulher negras se desvinculassem da obrigação de alisar os cabelos, em busca da beleza branca europeia perfeita. Os traços físicos do rosto negro também passaram a ser mais respeitados e valorizados, ainda que sofram retaliações, como o nariz mais largo, a cor da pele escura e suas diferentes tonalidades, os lábios grossos, entre outros. O corpo humano também é manifestação de poder, fazendo parte importante desta discussão sobre o empoderamento. Antigamente os senhores de engenho escolhiam seus escravos por características físicas e os maltratavam também por castigos físicos, em uma tentativa de demonstrar poder. Atualmente, o orgulho e conscientização sobre o corpo negro também é uma forma de poder, de empoderamento da pessoa negra, agora dona de si.

No entanto, o empoderamento ao qual nos referimos neste trabalho e seguimos discutindo, em nada tem a ver com a ideia de retirar o poder de um grupo e repassá-lo a outro, de inverter a opressão, e sim buscamos por uma postura de enfrentamento dessa opressão em afim de eliminá-la e por igualdade de condições e acessos nessa sociedade tão desigual. Ou seja (BERTH, 2019, p. 23) “Empoderar, dentro dessa premissas sugeridas, é antes de tudo, pensar em caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas, rompendo concomitantemente com o que está posto [...]”. O empoderamento é um movimento interno que advém da tomada de consciência ou do despertar de uma situação que pode vir a definir novas estratégias de enfrentamento de antigas práticas socioculturais de dominação racista.

A palavra empoderamento é um neologismo, ou seja, um fenômeno linguístico que cria uma palavra ou expressão nova ou, ainda, dá novo sentido a alguma palavra que já exista. “Empoderamento” significa dar poder ou capacitar, aplicado principalmente a grupos minoritários para que conseguissem alcançar sua autonomia. Mas quando falamos sobre o tema, principalmente nos dias de hoje, percebemos que para uma grande maioria, apresenta um conceito distorcido e incompreendido, devido a sua complexidade.

O processo de empoderamento, assim como a compreensão do significado do termo, partem do conhecimento. Em estudo da obra de Berth (2019), pudemos desenvolver o seguinte esquema sobre o processo de empoderamento de uma pessoa ou grupo:



A partir do momento em que uma pessoa negra consegue ter acesso a ajuda e reforço no fortalecimento de seu reconhecimento enquanto ser, e com isso reafirmação de sua autonomia, esta passa a se identificar como um sujeito. Através dos auto reconhecimentos já citados e percepções socioculturais ela alcança o conhecimento. Empossada desta e demais formas de saber a pessoa negra passa a entender o meio social em que está inserida e assim, a desenvolver um olhar crítico sobre este meio, tornando-se assim um agente capaz de transformar antigas e nocivas práticas socioculturais, ou seja, emancipada. Esta emancipação e autoafirmação de valores enquanto sujeito negro em uma sociedade opressora, patriarcal e racista como o Brasil, diferencia esta pessoa ao ponto de a informação tornar-se um instrumento de libertação, uma vez que o coletivo muitas vezes ainda sofre com a opressão da classe dominante e ainda não consegue exercer este olhar crítico de mundo.

Ao passo em que uma pessoa negra consegue afirmar-se dotada destes conhecimentos e emancipada, ela é sim, alguém empoderado dentro de seu grupo social. É a partir deste ponto que busca-se a emancipação e empoderamento do coletivo, mas outro ponto que reflete diretamente nesta tomada de decisão enquanto realidade da pessoa negra no Brasil é o posicionamento social: (BERTH, 2019, p. 45) “[...] refletem em medida o posicionamento social determina a profundidade de ações ou reflexões que versam sobre as desigualdades sociais”. Uma importante análise sobre o tema se dá ao analisarmos Paulo Freire, como um dos precursores da análise aplicada de à realidade de grupos oprimidos, em 1960 quando pensou a Teoria da Conscientização a qual inspirou a Teoria do Empoderamento, e Julian Rappaport.

O primeiro segue a linha dos pensadores que refletem a partir da realidade concreta. Já Rappaport acredita que para que aconteça o empoderamento de grupos e pessoas é preciso que sejam oferecidos a elas instrumentos para que viabilizem isto. Freire por sua vez afirma que: “[...] os próprios grupos subalternizados deveriam empoderar a si próprios, processo esse que se inicia com a consciência crítica da realidade aliada a uma prática transformadora” (BERTH, 2019, p. 38). Analisando as duas linhas de pensamento, pode-se construir o seguinte panorama: Freire complementa a teoria de Rappaport, pois ao empoderar uma pessoa, esta pode corroborar no empoderamento de um grupo. Sendo assim, esta pessoa torna-se o

instrumento que auxiliará o coletivo, como acreditava a autora, tornando-se um agente de transformação de práticas socioculturais.

Encerrando as discussões sobre este tema e dando sequência ao estudo, chegamos as conclusões finais sobre o empoderamento: precisamos trabalhar no sentido de, os oprimidos desenvolverem a consciência de que devem empoderar-se entre si e o que os demais podem fazer para contribuir neste processo, seria algo semelhante a semear o terreno para que esse movimento aconteça. Ao fazermos isto entramos, segundo Berth (2019), em um novo cenário, quem vem crescendo em passos lentos, mas evolutivos: “[...] o empoderamento tem a contestação e o novo em seu âmago, revelando quando presente, uma realidade sequer antes imaginada. É, sem dúvidas, uma verdadeira ponte para o futuro” (BERTH, 2019, p. 153).

Esse processo de emancipação através do empoderamento é acima de tudo um ato político, ainda que perpassasse as demais áreas de formação do sujeito e noções de coletividade. De toda esta discussão concluímos que, “Não é possível empoderar alguém. Empoderamos a nós mesmo e amparamos outros indivíduos em seus processos, conscientes de que a conclusão só se dará pela simbiose do processo individual com o coletivo” (BERTH, 2019, p. 153). Ampliamos aqui alguns conceitos, bem como potencializamos o poder transformador dos indivíduos dentro da sociedade através do saber. A transformação de realidades sociais em produções científicas corrobora com essas redes de empoderamento que reforçam a busca pelo aperfeiçoamento de forma individual, mas também a importância deste ato na melhora da vida coletiva e comunitária em busca de afirmação, valorização e reconhecimento.

Após todas essas discussões sobre o que enfrentamos no Brasil atual, no que diz respeito a realidade social do negro no país, partimos a pesquisa deste estudo: depois de vermos todos estes dados que evidenciam as desigualdades sociais que enfrentamos em solo brasileiro, como será a representatividade negra na docência universitária das instituições comunitárias no RS? Quantos professores negros será que apresentam os quadros das 9 universidades que fizeram parte desta pesquisa?

5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS GERADOS

5.1 As pesquisas nas universidades

A fim de obtermos os dados para análise e, com isso, atingirmos os objetivos propostos para a pesquisa, entramos em contato por forma de entrevista via e-mail com as quinze Universidades Comunitárias que compõem o Comung, para saber como é a realidade da presença de negros em cargos de docência. Destas, apenas nove universidades responderam no prazo estipulado. A seguir, apresentamos as informações repassadas pelas universidades no que se refere ao número de docentes negros no quadro de professores destas universidades:

- Universidade de Caxias do Sul (UCS)

Há atualmente quatro docentes negros no quadro de professores da instituição. Uma professora de 49 anos, que atua na área de Ciências Exatas e Engenharias. Na área de Ciências Sociais, uma professora, com 36 anos. Na área de Ciências Jurídicas, um professor, com 49 anos e na área de Artes e Arquitetura, uma professora, com 42 anos.

O setor de Recursos Humanos - RH, responsável por fornecer as informações, afirmou que não dispõe dos demais dados solicitados, como histórico de professores negros que já trabalharam na instituição. Entretanto, por contato telefônico, a pessoa responsável afirmou que já houve outros docentes negros na instituição, mas que não dispunha da informação numérica no momento.

- Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

A universidade tem, atualmente, dezessete docentes que se auto declaram negros e/ou pardos. Suas áreas de atuação são: Administração, Ciências da Comunicação, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Educação Física, Engenharia de Alimentos, Gastronomia, Gestão Comercial, Letras, Matemática, Pedagogia, Relações Internacionais e Serviço Social. As idades variam e, conforme informação são respectivamente: 30, 38, 49, 31, 53, 54, 64, 46, 59, 40, 39, 67, 47, 57, 63 e 52 anos. Junto com os 17 docentes já mencionados, a Unisinos afirma que teve, ao longo de sua história, o total de trinta e cinco docentes que se auto declaram negros/pardos. Além dos docentes negros, a instituição afirma que, nos seus 49 anos de história, já teve profissionais negros em cargos administrativos como reitoria e

coordenação de cursos. Quem respondeu aos questionamentos do anexo foi o setor de gestão pessoal.

- Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ)

A Unicruz, atualmente, não possui docentes negros em seu quadro de professores. O setor responsável pela elucidação das perguntas foi o setor de RH que também não possui dados anteriores sobre outros professores, coordenadores ou até mesmo reitores negros. As informações foram obtidas por e-mail. Entretanto, embora não tenha sido informado, sabemos que houve vários docentes negros na instituição, tendo um deles, inclusive, ocupado cargo de reitor.

- Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)

A URI foi mais uma das universidades comunitárias que se disponibilizou a participar da pesquisa. Quem respondeu as questões foi o setor de RH de Frederico Westphalen. Com mais de 20 anos, entretanto, a instituição alegou não possuir nenhum docente negro no momento. No decorrer da história da instituição, apresentou apenas dois docentes negros, sendo que uma foi coordenadora de um programa de pós-graduação.

- Universidade La Salle

A Universidade La Salle, localizada em Canoas, também aderiu à participação na pesquisa e confirmou que, atualmente, há apenas uma professora negra na instituição. A referida docente atua no PPG Memória Social e Bens Culturais, curso de História, e tem 64 anos. No decorrer da história da universidade, possuiu 4 docentes negros que já chegaram à coordenação dos seguintes cursos: Relações Internacionais, Educação Física, História e Pedagogia.

- Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

As informações desta universidade vieram por parte do gabinete da reitoria. A UNISC apresenta, atualmente, três docentes negros em seu quadro de professores. Atuam nos cursos de Fisioterapia, Letras e Comunicação Social. Apresentam idade de 35, 49 e 57 anos, respectivamente. A universidade respondeu que, no decorrer de seus 26 anos de história, já teve um total de dezenove docentes negros em seu quadro de professores. Alguns já ocuparam cargos de coordenação de cursos e reitoria.

- Universidade de Passo Fundo (UPF)

As informações desta universidade foram repassadas pelo próprio gabinete da reitoria. Atualmente há, segundo a instituição, um professor negro atuando. Ele tem 33 anos e trabalha no curso de enfermagem. De 1991 até 2019, a UPF teve apenas 10 professores negros em seu quadro de docentes. Quanto a ocupar cargos superiores, este mesmo professor também é o atual Coordenador da Comissão de Integração Docente dos Cursos de Graduação da Área da Saúde (CIAS) da UPF.

- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)

A Unijuí, atualmente, tem dez professores que se declaram pardos e um que se declara negro. Entretanto, a universidade destaca que “há outros que poderíamos considerar pardos ou negros, mas se declaram brancos”.

- Universidade Franciscana (UFN)

A UFN apresenta três professores negros em seu quadro de docentes. Eles atuam nos cursos de Matemática, Sistemas de Informação e Enfermagem. Têm respectivamente 36, 44, 39 anos de idade. A universidade tem mais de 60 anos de história e no decorrer dessas 6 décadas de trabalho, apresentou 10 professores negros e 16 pardos. Até então, conforme informado, nenhum deles ocupou cargos administrativos como coordenação de cursos ou reitoria.

A seguir o Quadro 2 que compara a real representatividade negra dentro das universidades comunitárias do RS que participaram da pesquisa:

Quadro 2. Representatividade negra nas Universidades Comunitárias do RS

Universidade	História da instituição	Docentes (geral) atualmente	Docentes (negros) atualmente	Docentes (negros) decorrer da história
UCS	53 anos	1.000	4	NR
Unisinos	51 anos	NI	17	35 pessoas
Unicruz	32 anos	175	NP	NR
URI	28 anos	164	NP	2 pessoas
La Salle	44 anos	NI	1	4 docentes
UNISC	27 anos	557	3	19 docentes
UPF	52 anos	NI	1	10 pessoas
Unijuí	60 anos	392	11	NR
UFN	65 anos	428	3	26 pessoas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Legenda

*NP: Não possui

*NR: Não há registro

*NI: Não informou

5.2 A ADC e a forma como os docentes enxergam esta realidade:

Destacamos que a análise dos dados tiveram como base a matriz de análise apresentada capítulo 2, o qual aborda a metodologia adotada na pesquisa. A referida matriz auxiliou no alcance dos objetivos propostos e, para uma melhor visualização, apresentamos novamente as dimensões e categorias contidas nesta matriz. Salienta-se que este quadro é número 1 que está presente na página 27 desta dissertação.

Quadro 1. Matriz de análise

Dimensões	Categoria de Análise
Identificação do número real de docentes negros no quadro de professores;	Respostas dos encarregados pelos Recursos Humanos (RH) das universidades investigadas.
Posicionamento dos docentes negros pertencentes ao quadro de professores das universidades investigadas, sobre os problemas sociais enfrentados pelo negro (falta de oportunidades no mercado de trabalho, por exemplo);	Marcas textuais do discurso identificadas no posicionamento dos docentes negros respondentes.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Dando sequência à pesquisa, após análise dos dados fornecidos pelas universidades, entramos em contato por e-mail com os docentes destas instituições. Assim como consta no questionário do Apêndice C, foi encaminhado aos mesmos para que pudessemos saber como os próprios docentes compreendem estas questões, vivendo na prática estas rotinas acadêmicas.

Como muitas das universidades possuem poucos ou nenhum docente negro e nem todos se disponibilizaram a participar, o questionário conta a opinião de pessoas auto declaradas negras e brancas de variadas idades e áreas de atuação. Por uma questão de preservação, as identidades não serão divulgadas, sendo os respondentes nomeados apenas por A, B, C, D, E e F. A análise dos dados obtidos foi feita na perspectiva da proposta teórico-metodológica da ADC, teoria social do discurso que trabalha a linguagem como uma prática social, conforme Fairclough (2001).

• **Questão 1: Como você avalia a quantidade de docentes negros nos quadros de professores?**

Docente A- *Falando da realidade local, avalio como extremamente baixa a quantidade de professores negros na universidade. Há tão poucos que tive que pensar no número e, pelo que me recordo, lembrei de quatro professores. No curso de direito, especialmente, há tão somente uma professora.*

Docente B- *Extremamente baixa, numericamente.*

Docente C - *A quantidade de docentes negros nos quadros de professores é praticamente inexistente. Trabalhei em outra instituição de 2015 até 2019, como docente no curso de Direito, e, nesse período, não tive nenhum colega negro.*

Docente D - *A partir da minha experiência enquanto docente, também na rede pública há quase 10 anos, atuando como parte da equipe gestora da educação pública municipal, entendo que ainda há uma parcela muito pequena de profissionais negros atuando no contexto educacional.*

Docente E- *Eu acredito que o número de docentes negros, sobretudo nos cursos de graduação e pós-graduação, é bem inferior ao esperado, visto que o Brasil é um país formado por negros também.*

Docente F - *A quantidade de professores negros nas escolas ainda é mínima, analisando a nossa própria rede municipal de ensino, percebe-se que são poucos os professores negros atuando.*

Assim como os dados demonstrados no quadro 1, os professores respondentes corroboram a baixa quantidade de docentes negros nas universidades e também na educação básica. O docente A, quando destaca “[...] *Há tão poucos que tive que pensar no número*”, seu discurso revela o quão baixo este índice é, tanto que chega a passar despercebido pelos demais, fazendo com que se torne difícil lembrar se há realmente ou quantos existem dentro daquele espaço. Ambos os depoimentos confirmam o contexto encontrado neste estudo de caso: a falta de profissionais negros no ramo da educação, mais precisamente no meio acadêmico brasileiro, o que destaca a desigual condição de acesso dos negros à educação no Brasil.

As palavras dos respondentes alinham-se à importância do contexto sócio histórico destacado por Fairclough (2001), pois o autor, ao abordar a questão, compreende que o discurso enquanto uma prática social traz informações que fornecem pistas suficientes para auxiliar na interpretação de possíveis mudanças em determinado contexto. Tendo em vista que a proposta da ADC trabalha com perspectivas de mudança social, percebe-se nas palavras dos entrevistados a necessidade de mudanças no cenário educacional brasileiro, no que se refere as condições de acesso do negro à educação.

A teoria da ADC preocupa-se com o estudo da linguagem, considerando eminentemente o contexto social em que está circulando o texto. Ao abordarmos questões raciais, haja vista a bagagem sociocultural histórica que o tema apresenta no Brasil, é imprescindível a análise crítica dos discursos, a fim de identificar e buscar possíveis alterações dessas práticas socioculturais danosas, como o preconceito e dominação de gênero e raça.

Por meio desta análise linguística no âmbito da prática social, a ADC oferece com seu estudo, a oportunidade da mudança social, ao buscar “desenvolver uma descrição, explicação e interpretação dos modos como os discursos dominantes influenciam, indiretamente, o conhecimento, os saberes, as atitudes, as ideologias, socialmente compartilhadas” (PEDRO, 1998, p. 30).

Além disso, a aplicação do estudo da ADC contribui para a resolução de relações sociais de luta, conflitos, abusos de poder, discriminações, identidades, etc. Vale destacar novamente a importância dessa pesquisa, assim como o uso desta metodologia elaboração das constatações, pois a ADC Sob esse foco, as investigações de natureza crítica do discurso contemplam os processos e estruturas sociais, bem como a dimensão social das esferas

discursivas nas quais os agentes constroem significados e se relacionam com os textos, assim como ressalta (WODAK, 2004).

• **Questão 2: Você teve colegas ou professores negros durante a formação acadêmica?**

Docente A- *Tão somente três colegas durante a graduação, dos quais dois eram intercambistas da África. No mestrado, por sua vez, não tinha colegas ou professores negros.*

Docente B- *Sim, mas, não chegavam a 10%.*

Docente C- *Ao longo de minha formação acadêmica (graduação, especialização e mestrado) tive poucos colegas ou professores negros. Lembro que tive três na graduação e um na especialização, mas não tive nenhum colega negro no mestrado. Quanto aos professores, não tive nenhum negro na graduação, nem na especialização e no mestrado.*

Docente D- *Tive apenas um colega negro. Não tive professores negros.*

Docente E- *Sim. Mas no curso de pós-graduação não tive nenhum professor negro.*

Docente F- *Durante minha formação acadêmica tive duas colegas negras em uma turma de trinta e quatro alunas, e nenhum professor (a) negro (a) durante os quatro anos de graduação.*

Mais uma vez voltamos à questão principal do estudo: a representatividade negra nas universidades e o que ela pode significar. Nesta questão exploramos a lembrança dos docentes quanto à presença de colegas negros, ou seja, pessoas que estariam estudando para se tornarem professores e a presença de docentes negros. Neste momento, vale ressaltar o destaque dado pelo docente A quanto a presença de intercambistas negros na sala de aula da graduação, o que evidencia novamente a ausência de alunos negros.

Das seis respostas presentes nesta parte da pesquisa, não totalizam 10 alunos que esses docentes juntos tiveram em alguma das fases de estudo, seja na graduação ou mestrado. Mas se o número de alunos já é marcante por ser tão baixo, o de professores é ainda inferior, pois os entrevistados A, C, D, E e F afirmam não terem tido professores negros. B não deixou explícita esta questão em si, mas também afirma que o número de colegas negros foi extremamente baixo.

Conforme já discutido ao longo deste trabalho, a dificuldade de acesso à educação, pode ser a causa desses resultados. mas a verdade é que o fato de termos 6 docentes que, em sua vida estudantil, tiveram baixíssima representatividade de colegas e muito menos

professores negros, o que demonstra a relevância desta pesquisa e a necessidade de uma maior discussão acerca das condições de acesso do negro à educação.

• **Questão 3: Ao que você acha que se deve a taxa de poucos profissionais negros no mercado de trabalho docente universitário?**

Docente A- *São muitos os fatores, certamente. Destaco, entretanto, a baixa oportunidade no ensino e à marginalização histórica do negro na sociedade. Isso é refletido, por exemplo, na quase inexistência de negros nas universidades (na condição de alunos) e como decorrência nos quadros de professores. A necessidade de trabalhar desde muito cedo, creio, impede a continuidade nos estudos, além, é lógico, do (nem tão) velado preconceito arraigado na sociedade brasileira.*

Docente B- *Considero dois fatores, a saber: a evasão escolar da população negra, que muitos não concluem sequer o ensino básico; há um racismo institucional e acadêmico.*

Docente C- *Penso que a existência de poucos negros no mercado de trabalho docente universitário está diretamente relacionada às poucas oportunidades e falta de incentivo ao maior acesso dos negros no ensino superior no Brasil, pois se trata de uma profissão que exige curso superior completo e pós-graduação para o seu exercício, o que é uma realidade ainda distante para a maioria dos negros brasileiros.*

Docente D- *Acredito que ainda hoje a população negra vivencie os reflexos da escravidão. Pensando numa perspectiva histórica, a abolição não foi de fato o fim da escravidão. Por muitas décadas, os negros permaneceram aprisionados a uma realidade escravocrata. A medida que conseguiram se desvincular dessa situação, ficaram condicionados a empregos que não exigiam instrução escolar. Superar essa realidade só se tornou possível quando os governos Lula/Dilma criaram políticas públicas que permitiram ao negro acesso ao ensino superior. A partir disso, abre-se a possibilidade de melhoria nas condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida. No entanto, esse processo é lento e gradual, e por vezes não suficiente para superar a desigualdade.*

Docente E- *Acredito que por uma série de fatores, um deles seja pelo racismo. Um professor precisa lutar para ser valorizado enquanto profissional. Um professor negro, além de ser valorizado, enfrenta questões raciais dentro da sala de aula.*

Docente F- *Atribuo a taxa de poucos profissionais negros no mercado de trabalho docente universitário a falta de oportunidades que as pessoas negras enfrentam durante a vida e ainda a discriminação racial existente mesmo que veladamente.*

Percebe-se mais uma vez os efeitos da divisão, em questões de qualidade, da educação brasileira. Se houvesse igualdade na educação das escolas públicas e particulares, poderíamos ter mais alunos negros ocupando cadeiras nas universidades. É consequência.

Além desses motivos, destaca-se também, como já mencionado no estudo, o papel da escola em lutar contra a evasão de alunos negros, fato que se sabe é comprovado e apresenta altos índices no Brasil, entretanto nem ao menos fala-se sobre o assunto, independente do governo que entre ou saia do poder o Brasil. Além disso, o que pesa na resposta também é o excesso de obrigações das crianças periféricas e as faltas de oportunidades que enfrentam. Mas o que chama a atenção de fato é a unanimidade da percepção da tamanha desigualdade social e o porquê da continuidade da dificuldade de acesso do negro à educação.

Como solução para estes problemas de acesso à educação, fala-se em políticas afirmativas, termo recente nas ciências sociais brasileiras. Este tema vem sendo abordado pelos Estados Unidos, desde a década de 1960, ou seja, nós brasileiros ainda temos certa carência de discussões sobre estes temas. De acordo com AMARO (2015), alguns governos brasileiros começaram e tentaram dar seguimento a algumas medidas desta natureza. Especialmente desde o ano de 2000, diante dos vários decretos oficiais do governo da época, as políticas afirmativas estavam sendo implementadas em diferentes setores da sociedade. Dentre os ministérios, o da cidadania (MDA), foi o primeiro a apresentar políticas afirmativas na tentativa de diminuir as desigualdades sociais. Em um documento chamado “Programa de Ações Afirmativas”, o MDA, já na introdução afirma sua preocupação com a pobreza e a desigualdade de oportunidades, em atenção aos acordos pactuados com o governo brasileiro e potencias internacionais.

Ao nominar acordos, o documento citava a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, ocorrida em Durban, na África do Sul, no ano de 2001. O documento apresentava importante pacto com a implantação do Programa de Ações Afirmativas do MDA/INCRA focando em gênero e etnia. Com esse movimento de ações especiais, semelhantes medidas começaram a ser tomadas a níveis federais, estaduais e municipais em diferentes frentes. No que diz respeito à educação, pode-se citar a inclusão da temática racial no currículo, temas importantes, grade curricular básica (como explica a lei em roda pé), criação de cursos pré-vestibulares para negros, assim como as tão polêmicas cotas em universidades públicas.

No ano de 2002, as mudanças continuaram acontecendo no movimento de busca de mais condições de acesso à educação da comunidade negra no Brasil. Através de um acordo

da Fundação Carlos Chagas com a Ford Foundation, além de outros segmentos vulneráveis, foi posto o graduando negro como destaque. Este estaria na rota de grandes programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, com o objetivo de tentar transformar os indicadores sociais de afrodescendentes. Este acordo que foi assinado em Janeiro trouxe tanta alegria à comunidade, quando a chegada dessas políticas de ações afirmativas ao Instituto Rio Branco em julho daquele mesmo ano. Foi um acontecimento histórico: a reserva de vagas para candidatos negros à posição de diplomatas.

Em um período de mais dois anos, em 2004, foi criada uma ouvidoria destinada a esse enfrentamento do racismo, nomeada SEPPIR (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial). Segundo Amaro (2015), dados de 2010, comprovam o já citado por Almeida (2019), o racismo estrutural enfrentado no Brasil:

[...] cerca de 400 cartas, 1.200 e-mails e 2.800 telefonemas são recebidos e atendidos mensalmente pela Ouvidoria da SEPPIR, tendo por demandas desde a busca de apoio e orientações sobre como proceder em casos de discriminação a encaminhamento de denúncias de racismo (AMARAO, 2015, p. 109).

No próximo ano, em 2005, Amaro relembra em sua obra a realização do primeiro Censo Escolar, que adotou o indicador étnico. Encabeçado pelo MEC (Ministério da Educação), o Censo se chamou “Mostre sua cara, declare sua cor”. A campanha obviamente foi tema de fortes debates entre a comunidade que como muito bem afirma Amaro (2015, p. 110): “[...] apesar de relevante e cada vez mais debatida no país, ainda se conservava na clandestinidade: a identidade racial do brasileiro e, por conseguinte, o racismo que esconde essa sua verdade”.

Amaro ainda destaca a importância do movimento social que foi a abertura das cotas raciais a descendentes negros ao carinhosamente chamar a medida de “diva” do momento:

Mas a grande “diva” das ações afirmativas brasileiras, de corte racial, indiscutivelmente, é a política de ensino superior e, nesta, as cotas étnico-raciais. O ensino superior por meio de cotas e do Prouni, tem oportunizado uma verdadeira mudança social no sentido da inclusão para os afrodescendentes. [...] O Programa Universidade para Todos (Prouni) aumentou em quase 50 mil o número de alunos negros nas universidades brasileiras (AMARO, 2015, p. 112).

Estes dados apresentados pela autora são de 2009, disponibilizados pelo MEC no ano seguinte, em 2010. Eles são a comprovação da necessidade de ações que corroborem com a melhoria de oportunidades de acesso à educação por negros no Brasil e o revelam também o tamanho da desigualdade social que o país enfrenta. Em apenas um semestre de oferta de cotas, do ano de 2009, houve um acréscimo de 5% no número de negros dentro das salas de

aula das graduações públicas do país. Com isto pode-se vislumbrar um novo futuro a milhares de pessoas negras que não só os cargos subalternos.

Segundo dados levantados por Amaro em seu estudo, foram 46.695 bolsas para o sistema de cotas, o que significou, 41,54% das 112.416 vagas que o Governo disponibiliza para o programa. Ainda restaram mais de 65 mil bolsas de estudos para o restante da população que afirma que tal medida “tira” o lugar de alguns e favorece outros, ou seja, emergindo a exposição da face do racismo – nada cordial e da desigualdade social.

• **Questão 4: Como você avalia a forma como é trabalhado/ abordado o empoderamento negro no Brasil?**

Docente A- *O tema certamente é candente. Ao longo do século XXI vimos uma discussão bastante interessante sobre o empoderamento negro e, inclusive, a criação de políticas públicas destinadas a mitigar séculos de segregação social/econômica/educacional da comunidade negra. Nos últimos anos, porém, o tema caiu no ostracismo das políticas públicas e não está mais no centro do debate social, econômico e político, infelizmente. O futuro próximo, ao meu sentir, será perverso e tenderá a maximizar a diferença social já existente, ou seja, negros pobres ficando mais pobres.*

Docente B- *Do ponto de vista curricular, a despeito de a Lei 10.639 já ter sido implementada desde 2003, ainda prevalece um ensino eurocêntrico, colonial, branco, racista, delegando aos negros o lugar de escravizado, muitas vezes sem estudar sobre as culturas africanas em suas origens.*

Docente C- *Penso que o empoderamento negro no Brasil é trabalhado de forma incipiente ainda, e é um tema cujo debate enfrenta muita resistência por parte da sociedade branca dominante do Brasil.*

Docente D- *Acredito que a forma como é abordado é falha, e por vezes o resultado acaba não saindo como o esperado. Ao invés das pessoas passarem a entender todo o processo de esmagamento social que o negro sofreu ao longo de séculos e a importância das políticas voltadas a essa parte da população, elas acabam apenas olhando para a minoria que já conseguiu ascensão e muitos continuam com o sentimento de superioridade branca. Por exemplo: vejo a jornalista Maju Coutinho como apresentadora de telejornal na principal emissora de TV do país e penso “olha só, aquela negra se deu bem”. No entanto, há milhares de negros que estão todos os dias ralando para sustentar suas famílias e não são vistos pela*

mídia. Não sei exatamente o que é, mas tem alguma coisa que não está sendo eficiente nessa abordagem.

Docente E- *Não é trabalhado enquanto escola ou cursos na Universidade. Na escola, por exemplo, a cultura negra é apresentada no dia da Consciência negra, mas durante todo o processo de Ensino não é estudado sobre a Cultura Negra, nem nas aulas de Literatura. Quantos autores negros são trabalhados? Muito poucos, para não dizer nenhum.*

Docente F- *O trabalho de empoderamento negro está acontecendo, o assunto vem sendo discutido e problematizado pelos meios de comunicação, mas a meu ver precisamos avançar muito neste sentido ainda, para que haja uma maior conscientização de todos e, para que todos possam ter as mesmas oportunidades independente da cor da sua pele.*

Analisando as respostas aqui apresentadas percebe-se que sim, os profissionais de educação são cientes da situação e da forma não eficiente com a qual o tema é abordado. Assim como vimos anteriormente, a Constituição garante diversos direitos que são negados às pessoas negras e demais cidadãos e parece não serem questionados em momento algum, ou não terem voz estes questionamentos. Assim como um dos entrevistados ressalta, não só os alunos negros, mas todos e em todos os lugares do país deveriam ter uma parte da educação destinada ao ensino da cultura e história negra. Se esses direitos fossem assegurados, talvez pudessemos observar a partir daí a diferença no tratamento entre negros e brancos.

Crianças que tem essas bases de educação aplicam em suas vidas e até mesmo influenciam as famílias em casa no combate a preconceitos e na forma como enxergam questões tão emblemáticas como são as cotas raciais, por exemplo. Um esforço mínimo de conseguir colocar mais negros dentro da universidade, que não impacta de forma alguma a prevalência branca nesses espaços, mas que ainda sim é rebatida com violência e mais uma vez citamos a não aceitação da grande maioria da população, principalmente branca que goza de 100% das oportunidades de adentrar a vida acadêmica, bem mais que os negros no Brasil.

Temos, nos depoimentos, a materialidade linguística que nos possibilita compreender as relações de poder e os conflitos sociais entre os sujeitos discursivos que trazem, conforme preconiza a ADC, coerções, coações, ideologias e poder nas relações sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Esses conflitos sociais ficam evidentes já desde a história inicial do Brasil, quando o negro era discriminado e traz consigo até a contemporaneidade esse contexto sócio histórico de dificuldades de inserção na sociedade como um sujeito de igual condições.

No que se refere a Constituição e a garantia de direitos ao cidadão, vislumbra-se, infelizmente, incoerência entre o discurso do previsto na lei⁴ e o que de fato ocorre, pois, o discurso, na perspectiva da ADC, contribui ou deve contribuir para determinar e fixar novas práticas, podendo ser entendido como ação social, o que não se efetiva quando se vê, por exemplo, práticas discriminatórias em relação a conquista da cidadania pela pessoa negra.

Ainda sobre a perspectiva da ADC, Van Dijk (2010) estabelece algumas importantes conexões sobre o discurso e o poder. O Autor apresenta o conceito de “poder social em termos de controle”, que se trata justamente do controle de um grupo sobre as ações de outros grupos sociais e seus membros. Habitual, o conceito do termo se aplica ao controle sobre as ações de outros. “Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder” (VAN DIJK, 2010, p. 17).

Quando esse controle envolve ações comunicativas, ou seja, o discurso, podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre os discursos alheios, forma mais óbvia de como o discurso e poder estão relacionados, segundo o autor:

Pessoas não são livres para falar ou escrever quando, onde, para quem, sobre o que ou como elas querem, mas são parcial ou totalmente controladas pelos outros poderosos, tais como o Estado, a polícia, a mídia ou uma empresa interessada na suspensão da liberdade da escrita e fala (tipicamente crítica). Ou, ao contrário elas têm que falar ou escrever como são mandadas a falar ou escrever (VAN DIJK, 2010, p. 18).

Entretanto, a sociedade é estruturada desta forma, as empresas restringem os diálogos, as leis restringem de forma mais dura as falas públicas (por exemplo, contra a difamação ou racismo), entre outras formas que tornam o controle do discurso a regra e não a exceção. Mas a investigação desse abuso de controle discursivo se dá em condições mais específicas, como violações de direitos humanos e sociais. Assim, podemos concluir que o controle do discurso age como um controlador da mente, uma vez que atua de forma intencional, indireta, possível ou provável consequência do discurso, segundo Van Dijk.

Essa ação controlada pode de novo ser discursiva, de modo que o discurso poderoso possa, indiretamente, influenciar outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detém o poder. Com esse processo, explicamos o processo fundamental da reprodução de poder através do discurso” (VAN DIJK, 2010, p. 18).

⁴ Em 2003 foi sancionada a Lei 10639/03, a qual alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da presença da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

Percebemos aqui, mais uma vez, a força e importância do discurso como um agente de transformação social. Por anos esta prática de comunicação, através da repetição, vem sendo a responsável pela formação de opiniões e conceitos, muitos deles que desgraçaram e afetam até hoje a vida das pessoas negras. Vale ressaltar que a repetição dos discursos e controle da mente de grupos majoritários, se dá por escolha dos mesmos, não é um processo onde se resulta sempre no mesmo resultado, mas sim muitas vezes torna-se mais conveniente, na tentativa de manutenção do status de grupo dominante, a reprodução sem freios de discursos preconceituosos e que inferiorizam grupos minoritários para que assim continuem.

• **Questão 5: Sobre a vitimização negra, quem você acha que a pratica: O próprio negro ou pessoas de outras raças?**

Docente A- *Não entendo como “vitimização”. Vejo uma sociedade extremamente injusta e que continuará a sê-lo sem a instituição de políticas públicas concretas que, a longo prazo, poderá mitigar a diferença social, econômica e educacional existente entre negos e brancos no Brasil. Não se trata de “vitimização”, portanto, mas de diferenças históricas na oportunidade de vida para pessoas com cores de pele diferentes.*

Docente B- *Julgo perigosa/ardilosa a pergunta. Considerar que o negro se vitimiza já é, por si, um pressuposto racista.*

Docente C- *Eu não acredito na vitimização negra. Essa questão, ou, melhor dizendo, esse discurso, me parece um recurso retórico utilizado pela sociedade branca dominante, a fim de enfraquecer o debate sobre a necessidade do empoderamento negro e manter uma narrativa de negação/distorção da história de dominação sobre os negros.*

Docente D- *Não considero que seja o próprio negro e nem as pessoas de outras raças. No entanto, os brancos usam o argumento da vitimização para embasar seus preconceitos.*

Docente E- *Não consigo definir vitimização nessa perspectiva em que me encontro. Na minha vida, sofri preconceito pela minha nacionalidade, pelo meu gênero, mas não pela minha cor. O que eu consigo fazer é pensar o quanto estamos atrasados moralmente enquanto sociedade quando atribuímos a uma pessoa a culpa pelo racismo que essa mesma pessoa sofre. Mas também, jamais colocaria o negro como culpado.*

Docente F- *Não considero que haja vitimização, penso que as pessoas da raça negra sofreram e sofrem durante a vida tanto preconceito, passa por tantas situações discriminatórias que acabam ficando sempre na defensiva. Claro que há situações e situações, mas não vejo como vitimização.*

Esta questão, em particular, explora uma opinião muito pessoal de cada um. Entretanto analisando a resposta de B, não se está fazendo uma afirmação racista e sim partindo para um questionamento: uma das vertentes que abordamos aqui é a não vitimização da pessoa negra, ou seja, deixando de lado discursos que insistem em remeter o negro ao tempo da escravidão, a pobreza e demais características negativas às quais esta raça é atrelada. A não vitimização trata-se, neste caso, de desejar que em dias como 13 de maio e 20 de novembro, dia da abolição da escravatura no Brasil e dia da consciência negra, respectivamente, vejamos mais exemplos de pessoas negras que conseguiram ascender na vida, mostrando exemplos de pessoas negras bem sucedidas, apesar de todas as dificuldades.

Sempre nestas datas que remetem a cultura negra, falam-se de escravos e terminam as homenagens por aí. Há pessoas que até hoje são presas a estereótipos para comprovar a negritude. Por exemplo: usam roupas características (estampadas com estampas animais), mulheres com turbantes na cabeça, e nada disso é, de fato, necessário para que se possa provar a negritude de alguém. Basta olhar a cor da pele, entre outros traços que descendentes apresentam. O que quero dizer aqui é que não é preciso eu voltar a me vestir como uma escrava para provar a alguém que luto pela causa ou que sou uma mulher negra.

Precisamos seguir adiante. Buscar novas discussões, novas vozes que imponham o tom das novas discussões. Um exemplo claro do que digo, é a autora e socióloga Dijamila Ribeiro. Mulher, negra e militante ela através de suas obras consegue expressar e representar os ensejos que dessa nova geração de negros que luta diariamente para conquistar espaço e respeito. Claro que o resgate histórico, dependendo da discussão enriquece e esclarece algumas das dúvidas e porquês, como neste estudo. Mas não começam e findam no mesmo ponto. O que quero dizer com isso é que negro não é só escravo e as discussões e relações não devem e não podem começar e terminar aí.

Neste sentido, evidencia-se a importância de uma prática discursiva no sentido da não vitimização e empoderamento da pessoa negra, pois conforme Fairclough (2001) o discurso contribui não apenas para reproduzir uma sociedade, mas também para transformá-la.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao todo são 15 universidades comunitárias que contemplam o Estado do Rio Grande do Sul. Dessas, nove responderam aos questionamentos em tempo hábil para fins de realização desta pesquisa de mestrado. Assim como o imaginado, o índice de docentes negros nas universidades é um número baixo.

Mas o que se busca neste estudo não é somente o número e sim o que ele representa. Um pouco mais da metade das universidades responderam, e o número de docentes negros ainda é pequeno em questões de representatividade, como indica o quadro comparativo apresentado no início do capítulo 5. Das 9 universidades que responderam a esta pesquisa, duas não tinham nenhum docente negro, já as 7 restantes, juntas, totalizam apenas 40 docentes negros atuantes. Ao analisarmos historicamente essas universidades, a única que se assemelha ao resultado apresentado, ainda assim na soma de 7 universidades juntas, é a Unisinos que já apresentou em mais de 50 anos de história, 35 docentes negros. Das demais, duas não apresentam registros e as outras possuem um baixo histórico de docentes negros que tenham atuado nas instituições.

Ainda podemos destacar: algumas delas não possuem um histórico completo onde sabe-se mais sobre os cargos que as pessoas negras ocuparam ao longo da história dentro da universidade, como administração de cursos ou reitoria. Outro dado de destaque nesta análise é de que a maioria dos docentes que foram computados na pesquisa, eram mulheres. Mulheres negras. Já quanto ao cargo de reitoria, nenhuma apresentou até hoje, conforme dados obtidos, um reitor negro.

Todos esses dados evidenciam e potencializam a realidade social do negro, principalmente em um Estado de colonização branca como o Rio Grande do Sul. Sabe-se que muitos municípios não possuem pessoas negras por uma questão de falta de miscigenação, ponto a se considerar na análise dos dados.

Quanto aos objetivos propostos para esta pesquisa, podemos afirmar que foram atingidos, tendo em vista que conseguimos identificar o número de docentes negros nas universidades comunitárias do RS, o que evidenciou o contexto histórico das dificuldades de acesso da pessoa negra à educação. E nos oportunizou a reflexão dos problemas sociais enfrentados pelo negro, bem como da importância da não vitimização desta raça e de sua igual capacidade intelectual.

No tocante à pergunta de pesquisa, a qual buscou conhecer quantas universidades comunitárias do Rio Grande do Sul possuem docentes afrodescendentes em seu quadro de professores e o que isso representa em termos históricos das condições sociais do negro no Brasil, identificamos que, atualmente, apenas sete universidades possuem professores negros atuando como docentes. Ao longo da história das instituições investigadas, 3 informaram não possuir registro sobre a passagem de docentes negros, a com menor registro apresentou apenas 2 professores negros em 28 anos de história e a com maior registro apresentou 35 docentes negros em seu quadro de professores em 51 anos de instituição.

E isso representa a falta de condições de acesso do negro à educação superior, pois, se não há docentes negros, conseqüentemente houve dificuldades de acesso dessa minoria também na educação básica e no ensino superior. Esta constatação demonstra ainda a necessidade de políticas públicas efetivas que contribuam para a mudança dessa realidade social.

Evidenciamos a importância da ADC na análise de dados e nas reflexões acerca das condições sociais do negro ao longo da história, para o que Fairclough (2001) é extremamente relevante o contexto sócio-histórico para o estudo e constatação da necessidade de mudanças sociais na realidade, no caso deste estudo a necessidade de mudanças urgentes na realidade social da pessoa negra.

Também destacamos a ADC como uma importante ferramenta teórico-metodológica, pois favoreceu, por meio do discurso dos entrevistados, analisar criticamente e compreender ideologicamente as relações de poder presentes na sociedade ao longo de sua história. Já na primeira questão, foi pedido aos entrevistados que avaliassem a quantidade de docentes negros nas universidades. Os seis professores e professoras que responderam foram unânimes em avaliar como muito baixo, destacando certa dificuldade em lembrar se de fato já haviam tido colegas e mestres negros ao longo da trajetória estudantil nas universidades. Confirmando o que vimos durante a realização da pesquisa, de que quanto mais alto o nível de instrução educacional, mais difícil de se encontrar profissionais negros, vem a resposta quanto aos professores entrevistados: alguns deles ao cursar a graduação, pós graduação e mestrado, não tiveram sequer 1 docente negro. Tendo por base a graduação com duração de 5 anos, a pós-graduação com 2 anos e mais 2 anos de mestrado, fecham 9 anos. Ou seja, em quase 1 década não houve 1 professor negro para atuar em diversas áreas, como a dos 6 entrevistados.

Já cientes da escassez de negros, foi a vez de saber: ao eles consideravam esse baixo número de docentes negros nas universidades comunitárias do RS? Mais uma vez, dentro de

sua realidade e forma de resposta a conclusão basicamente girou em torno de respostas já explicadas aqui no estudo. Muitos citaram faltas de oportunidades, evasão escolar, necessidade de trabalhar desde muito cedo, o que acaba tornando o foco dos jovens negro no auxílio do sustento familiar e não no estudo. Quando as classes da educação básica são quase vazias de pessoas negras, as classes das universidades com certeza não terão a presença deles ali. Muito menos o mercado de trabalho como na área da docência universitária.

Esse dado é triste não só para negros que não conseguem ascender e chegar a tal posto. É igualmente triste para aqueles que conseguem chegar lá. Olhar para os lados nas salas de aula e ser o único; ser o único professor (a) e ser olhado pelo demais com espanto ou outros sentimentos que expressam surpresa e repúdio. Como mulher e negra afirmo: todo negro que consegue alcançar um bom lugar no mercado de trabalho e/ou nos estudos almeja olhar para os lados e se ver cercado, cada vez mais, pelos seus. É uma vontade de vencer coletiva. É como se a vitória de um fosse a vitória dos demais. Cada negro que é humilhado, rejeitado, marginalizado, é como se o fato tivesse ocorrido a todos nós. Ser negro é uma luta coletiva, um sentimento coletivo, assim como as suas dores e decepções todas são coletivas.

A quarta pergunta feita aos docentes universitários foi em relação ao empoderamento negro. Como eles avaliavam que era abordado o tema no Brasil. Alguns docentes responderam que o tema estava em ascensão, mas corria o risco de sofrer algumas reviravoltas devido ao momento político do país, ambos concordaram que o tema não era devidamente abordado por escolas, por governos e em poucos espaços. Mais uma verdade.

A última pergunta foi sobre vitimização. Se esta por sua vez era uma prática da própria pessoa negra ou algo que outras aplicavam sobre os negros. Nesta questão as opiniões foram bem divididas, mas o objetivo em questão é a não vitimização que muitas vezes é praticada pelo próprio negro e, mais vezes ainda, pelas demais raças. Ainda hoje, mesmo quando se fala tanto em empoderamento e condições iguais para todos, há pessoas negras que vitimizam-se. Seja pelas origens, pelo caminho mais árduo que atravessaram, seja por ressaltarem a cor como algo símbolo de pena. Existem negros que se vitimizam. Assim como pessoas de outras raças que fazem o mesmo, utilizam-se das mesmas justificativas já citadas, inclusive, mas para diminuir, inferiorizar a figura do negro, ou até mesmo justificar o racismo.

Então, como mulher e negra, entendo que o vitimismo acontece sim e por parte dos dois. Pessoas negras que se vitimizam como um critério de merecimento de algo ou buscando ganhar a compaixão alheia, ou pessoas brancas que vitimizam negros como expressões como “coitado, é tão pobre”, “Coitado, mora tão longe para estudar em determinada escola” e mais

uma vez sob a ótica da ADC, analisamos estas expressões como representações que podem expressar certo preconceito sobre este grupo minoritário.

Entretanto, o resultado final da pesquisa é um só: das 9 universidades comunitárias do Rio Grande do Sul que participaram da pesquisa, sete apresentam docentes afrodescendentes em seu quadro de professores. O que isso representa em termos históricos das condições sociais do negro no Brasil? Que ainda há muito pelo que lutarmos em termos de avanços de condições de igualdade social e cumprimento de direitos. A pesquisa nas universidades trouxe o cenário real, há poucos docentes negros nas universidades. Já as opiniões dos entrevistados revela a verdade, foram poucos os colegas em níveis de ensino mais elevados, difícil até de lembrar se de fato havia alguns. Já os professores foram inexistentes. E pensemos também: quantos professores negros já tivemos? Quais foram os avanços na realidade social do negro no Brasil? Na verdade muito poucos.

Se a pesquisa fosse de quantos faxineiros, jardineiros e outros cargos de serviços gerais são ocupados por negros, os dados levantados certamente seriam outros. Esta é a maior prova de que ainda há muito que precisa mudar. Sem contar os casos em que há a profissionalização do negro, mas também há a recusa da contratação devido ao preconceito racial. A discussão é longa e abrange uma grande gama de outras vertentes de desigualdades sociais vividas por esse povo.

Ter trabalhado este tema durante a participação no PPGPSDS da Unicruz, foi uma grande satisfação e importante dever de levar a público um pouco da minha história e contribuir através desta pesquisa, com a oportunidade de melhorar a condição de vida de demais pessoas negras. Certamente este trabalho ficará nos registros do mestrado e servirá de inspiração para novos pesquisadores sociais.

Destacamos, quanto às limitações da pesquisa, a dificuldade de acesso aos dados, pois algumas das instituições investigadas demoraram bastante tempo para responder os e-mails com as informações solicitadas e a propagação da pandemia do Coronavírus, o que exigiu o isolamento social, também dificultou o acesso dos dados junto aos docentes negros entrevistados.

Ao PPGPSDS, deixo aqui meu agradecimento. Foi uma jornada linda, emocionante. Aprendi tanto com vocês, cresci tanto, expandi pensamentos, olhares, saberes, o estudo é valioso demais, assim como vocês, queridos mestres. Despeço-me do mestrado com a certeza de ter crescido muito como pessoa e pesquisadora. E desejo continuar o debate e aprimoramento da discussão deste tema na minha tese do doutorado. Espero que nos encontremos novamente por lá!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo, Pólen, 1ª ed. 2019.

AMARO, S. **Racismo: igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil**. Porto Alegre. 1 ed, EdiPUCRS, 2015.

BARRETO, A. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, n. 6, jul./dez. 2014.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BERTH, J. **Empoderamento**. Pólen: São Paulo, 2019.

BONILHA, T. P.; SOLIGO A. F. O não-lugar do sujeito negro na educação brasileira. **Revista ibero-americana de educação**. vol. 68, núm. 2. 2015.

CRISOSTOMO, M. A. dos S.; REIGOTA, M. A. dos S.. Professoras universitárias negras: trajetórias e narrativas. **Revista avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 15. 2010.

FAIRCLOUGH, N. **A análise crítica do discurso e a mercantilização do discurso público: as Universidades**. In: MAGALHÃES, Célia Maria (org.). Reflexões sobre a análise Crítica do discurso. Belo Horizonte: Faculdade de letras, UFMG, 2001.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília. Editora UNB, 2008.

FAIRCLOUGH, N. WODAK, R. Análisis crítico del discurso. In. VAN DIJK, T. A. (compilador). **El discurso como interacción social**. Estudios del discurso: Introducción Multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

FREIRE, G. **Casa grande e senzala**. São Paulo, 51ª ed, Global, 2006.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GREGORI, M. F. **As desvantagens do vitimismo**. Estudos feministas, 1º semestre, 1993.

GOMES, E. M.; DURÃES S. J. A.; BRITO, A. E. C. de. **Mulheres negras na docência do ensino superior: discriminação e resistência**. 2012.

GONÇALVES, R.; AMBAR, G. **A questão racial, a universidade e a (in)consciência negra**. São Paulo, vol. 19 n.34, 2015.

HOOKS, B. **Alisando o nosso cabelo**. Disponível em:

<https://docs.google.com/fileview?id=0B7flamkJqRINMGY2MjAyYmYtNTA5Yy00N2M1LThlNmQtNzU5MzI3NDhkNDhh&hl=pt_BR&pli=1> Acessado em: 28 de abril de 2020.

JABBOUR, C. J. C. FREITAS, S. R. W. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Estudo & debate**, Lajeado, v. 18, n. 2, 2011.

MAIDANA, Y.; DORNELLES, Q. **Resistência e representatividade negra na universidade estadual do rio grande do sul: por onde andam meus pares**. IX SIEPEX - IX Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão. 2010.

MEIRINHOS, M. OSÓRIO, A. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. EDUSER: **Revista de educação**. Vol 2(2), 2010.

MOREIRA, A. **Racismo Recreativo**. São Paulo, Pólen, 1ª ed. 2019.

PEDRO, E. R. **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1998.

QUEIROZ, D. M. **O negro e a universidade brasileira**. História Actual Online. 2004.

REDE BRASIL ATUAL: **Evasão escolar é maior entre jovens negros**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2019/09/evasao-escolar-e-maior-entre-jovens-negros-e-a-violencia-do-racismo/> Acessado em: 02/01/2020.

SANTOS, T. J. C. dos. **Professores universitários negros: um conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada**. Cor e Magistério. Rio de Janeiro, Quartet; Niterói, RJ: Eduff, 2006. p.167-191

SILVA, W. M. da. **Sim, representatividade importa: uma análise sobre a relevância e os efeitos da foto coletiva dos negros da UFRGS**. Trabalho apresentado ao II Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Processos Sociais. PPGCC Unisinos. São Leopoldo, 2018.

VAN DIJK, A. T. **Discurso e poder**. Contexto, São Paulo, 2010.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis) curso**, v. 4, n. especial, 2004.

YAZAN, B. Três abordagens do método de estudo de caso em educação: Yin, M.e Stake. **The Qualitative Report**, 2015, Volume 20, Number 2.

YIN, K. R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, Bookman, 5 ed. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido destinado as Universidades

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, vimos por meio desse, solicitar sua PARTICIPAÇÃO na Pesquisa de Dissertação de Mestrado que tem como título “**A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**” de autoria da mestranda Thayane Santos Madruga (Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Universidade de Cruz Alta, sob orientação do Prof. Dr. Antônio Escandiel de Souza.

O referido projeto busca descobrir quantos profissionais docentes negros há nos quadros de professores das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, afim de analisar o que este dado significa em termos de evolução das condições sociais da pessoa negra no Brasil. Ao participar deste estudo o (a) senhor (a) permitirá que o pesquisador obtenha dados para a dissertação do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz, cujos dados contribuirão para compreender a situação social da pessoa negra no Brasil, mais especificamente no RS, no que diz respeito ao acesso à educação e conseqüentemente os efeitos que isso pode trazer à vida dessas pessoas.

Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito. Trata se de um estudo de caso que tem o seguinte objetivo.

Objetivo do estudo: Quantos docentes negros apresentam as Universidades Comunitárias do RS e o que este número significa em questões de representatividade e evolução das condições sociais desta raça no Brasil.

Procedimentos: Visando a realização da análise crítica do discurso através das informações fornecidas pelas universidades, a fim de corroborar na elucidação da pesquisa, de forma voluntária, as 15 universidades do Comunug estarão sendo convidado à participar desta pesquisa através de um questionário que será enviado por e-mail no decorrer da pesquisa. Para isso, é preciso estar ciente dos riscos e benefícios desta pesquisa para o contexto social, educacional e científico. Será feito após a coleta dos dados com as universidades, uma breve entrevista com alguns professores negros destas universidades, para compreender como estes avaliam atualmente questões como a representatividade negra, e as oportunidades de acesso a trabalho e estudo do negro no Brasil.

Benefícios: Tratando-se dos benefícios para esta pesquisa destacamos que este estudo traz informações relevantes sobre a importância de políticas afirmativas para os negros no Brasil. Mudar a situação social desse grupo étnico é dar mais oportunidades de igualdade social e ajudar a combater práticas socioculturais como a discriminação racial. Os resultados também poderão contribuir com outros estudos e pesquisas e serão socializados em forma de apresentação pela pesquisadora. O acesso ao material completo se dará por meio de publicação que será feita após a conclusão da pesquisa em revista científica. Cabe destacar que os resultados desta pesquisa trarão benefícios tanto para o meio educacional quanto social e científico pois serão elaborados artigos, capítulos de livros e livros, os quais serão divulgados e poderão ser utilizados por diferentes sujeitos. Nessa perspectiva, cabe incluir que os dados pessoais dos participantes como : nome e endereço não serão expostos e terão total sigilo, sendo de responsabilidade dos pesquisadores.

Risco de Constrangimento ao Responder: caso você, participante da pesquisa, sinta-se constrangido em respondê-la, poderá desistir a qualquer momento da pesquisa, sem danos aos

pesquisados. Caso a universidade ou professores, durante o processo de resposta do questionário se sinta invadida/exposta, terá autonomia para relatar ao pesquisador, em particular, que não se sente à vontade para responder a(s) questão(ões) debatidas. Ressaltamos que para esta pesquisa foram minimizados os riscos tanto para os pesquisadores quanto para os pesquisados.

Sigilo: As informações fornecidas por universidades e pessoas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer forma.

Ciente do exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Comitê de ética em pesquisa (CEP): O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Cruz Alta (CEP/UNICRUZ) é um órgão colegiado interdisciplinar e independente. Criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisa em sua integralidade e dignidade, além de contribuir no desenvolvimento de pesquisa dentro de um padrão ético. Vinculado à Vice-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, criado em 30 de agosto de 2006 a partir da aprovação do Regimento Interno (Resolução 14/2006) pelo Conselho Universitário e registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) em 26/09/2007 (25000.170129/2007-90). Atende ao cumprimento das resoluções pertinentes ao desenvolvimento de pesquisas que envolvam seres humanos, através de orientações Internacionais como a Declaração Helsinque – Diretrizes Éticas Internacionais para Pesquisa Biomédica envolvendo seres humanos (CIOMS) e Nacionais através da Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde/MS e complementares. Tem por objetivo regular, analisar e fiscalizar a realização de todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no âmbito da UNICRUZ, seguindo as propostas de diretrizes éticas. Funciona às segunda-feira das 8h às 11h30min e das 14h às 17h30min, quarta-feira das 8h às 11h30min e das 14h às 17h30min e também às sexta-feira das 8h às 11h30min e das 14h às 17h30min.

Cruz Alta, RS _____, de _____ de 2019

Assinatura

Thayane Santos Madruga
Mestranda

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP –

Endereço: Campus Universitário Ulysses Guimarães- Rodovia Municipal Jacob Della Méa, Km 5.6- Caixa Postal 858, **Bairro:** Campus Universitário Prédio, **CEP:** 98.020-290
UF: RS, **Município:** Cruz Alta, Telefone: 55- 3321- 1618,
E-mail: comitedeetica@unicruz.edu.br

APÊNDICE B – Questionário para as Universidades

Programa de Pós-Graduação Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social:

Prezado (a) Senhor (a):

Estamos realizando um estudo intitulado “*A representatividade negra no ensino superior: um estudo na perspectiva da análise crítica do discurso*”, que tem como objetivo analisar a representatividade negra no quadro docente das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, a fim de retratar as dificuldades de acesso ao estudo e ao mercado de trabalho enfrentadas pelo negro. Trata-se de um trabalho de mestrado que está sendo realizado no mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, sob a orientação do professor Dr. Antonio Escandiel de Souza e, para o sucesso dos resultados finais sua participação é fundamental. Sua participação é totalmente voluntária e consiste em responder as questões abaixo.

Agradecemos sua disposição e colaboração.

1 PERGUNTAS:

1.2 Há professores negros no quadro docente da universidade atualmente?

Sim () Não ()

1.3 Se sim, quantos?

1.4 Quais áreas de atuação desses profissionais docentes? (Cursos)

1.5 Qual a idade desses professores?

1.6 Quantos docentes negros a universidade já teve no decorrer de sua história?

1.7 Algum deles ocupou cargos de administração como coordenação de cursos, reitoria ou algo semelhante?

APÊNDICE C – Questionário dos docentes

Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social –
Mestrado Universidade de Cruz Alta - Unicruz

Prezado (a) Senhor (a):

Estamos realizando um estudo intitulado “*A representatividade negra no ensino superior: um estudo na perspectiva da análise crítica do discurso*”, que tem como objetivo analisar a representatividade negra no quadro docente das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, a fim de retratar as dificuldades de acesso ao estudo e ao mercado de trabalho enfrentadas pelo negro. Trata-se de um trabalho de mestrado que está sendo realizado no mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, sob a orientação do professor Dr. Antonio Escandiel de Souza e, para o sucesso dos resultados finais sua participação é fundamental. Sua participação é totalmente voluntária e consiste em responder as questões abaixo de acordo com sua opinião pessoal. Lembramos que a sua identidade não será revelada e, gostaríamos que respondesse com a máxima sinceridade possível.

Agradecemos sua disposição e colaboração.

1 QUESTÕES:

1.2 Como você avalia a quantidade de docentes negros nos quadros de professores?

1.3 Ao que você acha que se deve a taxa de poucos profissionais negros no mercado de trabalho docente universitário?

1.4 Como você avalia a forma como é trabalhado/ abordado o empoderamento negro no Brasil?

1.5 Sobre a vitimização negra, quem você acha que a pratica: O próprio negro ou pessoas de outras raças?

APÊNDICE D – Matriz de análise

Dimensões	Categoria de Análise
Identificação do número real de docentes negros no quadro de professores;	Respostas dos encarregados pelos Recursos Humanos (RH) das universidades investigadas.
Posicionamento dos docentes negros pertencentes ao quadro de professores das universidades investigadas, sobre os problemas sociais enfrentados pelo negro (falta de oportunidades no mercado de trabalho, por exemplo);	Marcas do discurso identificadas no posicionamento dos docentes negros respondentes.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

ANEXOS

ANEXO A – Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

ANEXO B - Carta de autorização

ANEXO B – Carta de Autorização

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, PATRÍCIA DALL'AGNOL BIANCHI, Reitora da Universidade de Cruz Alta, - UNICRUZ, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada “**A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**”, sob responsabilidade da pesquisadora Thayane Santos Madruga, orientada pelo professor Dr. Antonio Escandiel de Souza. Para a efetivação do projeto a pesquisadora necessitará coletar dados de pesquisa junto ao Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (Comung) com aplicação de entrevistas através de questionários via email. A pesquisa consistirá na aplicação de questionários, a fim de diagnosticar quantas universidades possuem docentes negros em seus quadros de professores. Após um novo questionário será enviado aos próprios professores negros, a fim de analisar a opinião destes sobre temas abordados na pesquisa como o “empoderamento negro” e a “não vitimização”.

Cruz Alta, 06 de junho de 2019.


PATRÍCIA DALL'AGNOL BIANCHI
REITORA DA UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA – UNICRUZ

ANEXO C - Carta de autorização

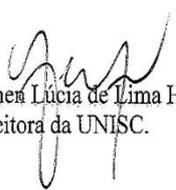


Carta de Autorização

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, Prof.^a Carmen Lúcia de Lima Helfer, Reitora da Universidade de Santa Cruz do Sul, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada “A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO”, sob responsabilidade da pesquisadora **Thayane Santos Madruga**, orientada pelo professor Dr. Antonio Escandiel de Souza. Para a efetivação do projeto a pesquisadora necessitará coletar dados de pesquisa junto às Instituições que integram o Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul – COMUNG, com a aplicação de entrevistas através de questionários via e-mail. A pesquisa consistirá na aplicação de questionários, a fim de diagnosticar quantas universidades possuem docentes negros em seus quadros de professores.

Santa Cruz do Sul, 21 de novembro de 2019.


Prof.^a Carmen Lúcia de Lima Helfer,
Reitora da UNISC.

ANEXO D – Carta de autorização

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA NA UNISINOS

Eu, Thayane Santos Madruga, estudante do curso de Pós Graduação (Mestrado) em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta- UNICRUZ, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza, solicito autorização para realizar pesquisa com professores e coordenadores dos cursos de graduação e pós graduação. Essa pesquisa é componente da seguinte atividade curricular: dissertação. O objetivo do estudo é identificar quantos docentes negros fazem ou fizeram parte dos registros da instituição e quais os cursos que atuam ou atuaram. Assim, serão avaliadas questões como o acesso da pessoa negra à educação e ao mercado de trabalho no Brasil. Para Dissertação chamada: A representatividade negra no ensino superior: um estudo na perspectiva da análise de discurso crítica. A pesquisa terá início em agosto de 2019 e término em fevereiro de 2020. Tendo em vista as contribuições possibilitadas pelo estudo, comprometo-me a enviar à UNISINOS a versão final do trabalho.

As ferramentas utilizadas para a pesquisa serão questionários e entrevistas realizadas por e-mail e entrevistas

(X) Estou ciente de que **não é permitida** qualquer interferência em sala de aula durante horário de aula.

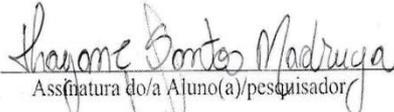
No que diz respeito à identificação da instituição,

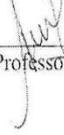
não utilizarei o nome da UNISINOS e responsabilizo-me em preservar o nome da Instituição de forma a que ela não seja passível de identificação.

(X) solicito **autorização para utilização do nome da UNISINOS** (como IES pesquisada) com a seguinte **justificativa**: apenas serão citadas as universidades que constituem o corpus da pesquisa e quantos docentes negros atuam ou atuaram como docentes nessas instituições. Em nenhum momento estes dados comprometerão a universidade, uma vez que os resultados não têm relação com escolhas das instituições, pois o estudo busca apenas refletir sobre as condições de acesso das pessoas negras à educação e ao mercado de trabalho no Brasil.

<p>Parecer:</p> <p>De acordo, com as seguintes restrições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ A realização das entrevistas/questionários e outras formas de coleta de dados está condicionada ao livre consentimento das pessoas pesquisadas; ✓ A coleta de dados pesquisa deverá adequar-se aos horários e atividades dos respectivos colaboradores; ✓ Por questões de segurança, a Universidade não disponibiliza dados e informações dos colaboradores; ✓ Esta autorização não dispensa a análise pelo Comitê de Ética. <p></p> <p>São Leopoldo, 19 de novembro de 2019.</p>

Cruz Alta, 30 de Outubro de 2019.


Assinatura do/a Aluno(a)/pesquisador


Assinatura do Professor Orientador do Trabalho


Assinatura da Coordenação do Curso

ANEXO E – Carta de autorização



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
REITORIA
Campus I - BR 285, Km 292, Bairro São José – 99052-900 - Passo Fundo - RS
Telefone (54) 3316-8113 / E-mail reitoria@upf.br

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, BERNADETE MARIA DALMOLIN, Reitora da Universidade de Passo Fundo, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada “**A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**”, sob responsabilidade da pesquisadora Thayane Santos Madruga, orientada pelo professor Dr. Antonio Escandiel de Souza. Para a efetivação do projeto a pesquisadora necessitará coletar dados de pesquisa junto ao Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (Comung) com aplicação de entrevistas através de questionários via email. A pesquisa consistirá na aplicação de questionários, a fim de diagnosticar quantas universidades possuem docentes negros em seus quadros de professores. Após um novo questionário será enviado aos próprios professores negros, a fim de analisar a opinião destes sobre temas abordados na pesquisa como o “empoderamento negro” e a “não vitimização”.

Passo Fundo, 18 de dezembro de 2019.

A handwritten signature in black ink is positioned above a horizontal line. The signature appears to be 'Bernadete Maria Dalmolin'.

BERNADETE MARIA DALMOLIN
REITORA DA UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

ANEXO F – Carta de autorização



Carta de Autorização

Eu, Clovis Quadros Hempel, Diretor Administrativo da Universidade regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI – Câmpus de Frederico Westphalen, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa "A representatividade negra no ensino superior: um estudo na perspectiva da análise crítica do discurso", sob responsabilidade da pesquisadora Thayane Madruga orientada pelo prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza. Para a efetivação do projeto a pesquisadora necessitará coletar dados de pesquisa junto ao Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (Comung) com aplicação de entrevistas através de questionários via e-mail. A pesquisa consistirá na aplicação de questionários, a fim de diagnosticar quantas Universidades possuem docentes negros em seus quadros de professores. Após um novo questionário será enviado aos próprios professores negros, a fim de analisar a opinião destes sobre temas abordados na pesquisa como "empoderamento negro" e a "não vitimização".

Sendo isso para o momento.

Frederico Westphalen/RS, 17 de dezembro de 2019.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Clovis', is positioned above a horizontal line.

CLOVIS QUADROS HEMPEL
Diretor Administrativo
URI-Câmpus de Frederico Westphalen

ANEXO G – Carta de autorização



Credenciamento: Portaria N° 597, de 05/05/2017 - DOU de 08/05/2017

AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES DA IES

Autorizamos, para fins de publicação, a divulgação dos dados e informações da Universidade La Salle constantes na pesquisa intitulada *A Representatividade Negra no Ensino Superior: Um Estudo na Perspectiva da Análise Crítica do Discurso*, sob responsabilidade da pesquisadora Thayane Santos Madruga, da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Escandiel de Souza.

A pesquisadora apresentou Carta de Autorização da Reitora da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ, Patrícia Dall'agnol Bianchi, para realizar pesquisa junto às universidades vinculadas ao Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (COMUNG).

Canoas, 12 de dezembro de 2019

Prof. Dr. Cledes Antonio Casagrande, fsc.
Vice-reitor
Universidade La Salle.

ANEXO H – Carta de autorização



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

GABINETE DO REITOR

Carta de autorização

Prezado(a) Senhor(a):

Eu, Prof. Dr. EVALDO ANTONIO KUIAVA, Reitor da Universidade de Caxias do Sul (UCS), tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada **“A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO”**, sob responsabilidade da pesquisadora da Universidade de Cruz Alta (Unicruz), Thayane Santos Madruga, orientada pelo professor Dr. Antonio Escandiel de Souza. Para a efetivação do projeto, a pesquisadora necessitará coletar dados de pesquisa junto ao Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (Comung) com aplicação de entrevistas através de questionário via e-mail. A pesquisa consistirá na aplicação de questionários, a fim de diagnosticar quantas universidades possuem docentes negros, em seus quadros de professores. Após um novo questionário será enviado aos próprios professores negros, com o intuito de analisar a opinião destes sobre temas abordados na pesquisa como o “empoderamento negro” e a “não vitimização”.

Caxias do Sul, 28 de outubro de 2019.

Prof. Dr. Evaldo Antonio Kuiava

Reitor da UCS

ANEXO I – Declaração



UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 487 de 20/06/1985 - D.O.U. 01/07/1985
 Regionalizada pelas Portarias Ministeriais nº 1626 de 10/11/1993 - D.O.U. 11/11/1993 e nº 938 de 27/05/1994 - D.O.U. 30/05/1994
 Recredenciada pela Portaria Ministerial nº 521, de 10/05/2012 - D.O.U. 11/05/2012

DECLARAÇÃO

Eu, CÁTIA MARIA NEHRING, Reitora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada “A REPRESENTATIVIDADE NEGRA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO”, sob responsabilidade da pesquisadora Thayane Santos Madruga, orientada pelo professor Dr. Antonio Escandiel de Souza. Para a efetivação do projeto a pesquisadora necessitará coletar dados de pesquisa junto ao Consórcio das Universidades Comunitárias do Rio Grande do Sul (Comung) com aplicação de entrevistas através de questionários via e-mail.

A pesquisa consistirá na aplicação de questionários, a fim de diagnosticar quantas universidades possuem docentes negros em seus quadros de professores. Após um novo questionário será enviado aos próprios professores negros, a fim de analisar a opinião destes sobre temas abordados na pesquisa como o “empoderamento negro” e a “não vitimização”.

Ijuí, 20 de dezembro de 2019.


 Profª Drª Cátia Maria Nehring,
 Reitora da UNIJUI

ANEXO J – Carta de validação



UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS SOCIOCULTURAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL- MESTRADO

CARTA DE VALIDAÇÃO

Prezados Professores

Tenho o prazer de apresentar-lhes a mestranda Thayane Santos Madruga, do Programa de Pós Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, da Universidade de Cruz Alta – Unicruz, minha orientanda, que está desenvolvendo o projeto intitulado **“A representatividade negra no ensino superior: um estudo na perspectiva da análise crítica do discurso”**.

O projeto tem por objetivo geral analisar a representatividade negra no quadro docente das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul, a fim de retratar as dificuldades de acesso ao estudo e ao mercado de trabalho enfrentadas pelo negro.

Neste momento da pesquisa, foram elaborados dois questionários, sendo um para as universidades e um para os professores negros que atuam nas universidades investigadas, afim de obtermos os dados para análise. Tais questionários encontram-se em anexo, para sua leitura.

Atenciosamente, agradeço-lhes por sua importante contribuição.

Cordialmente

Prof Dr. Antonio Escandiel de Souza

Docente e Coordenador Adjunto do PPG em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social